

ARTIGO

O que mostra o novo censo agropecuário?

por Beatriz David,
Mônica Rodrigues
e Paula Rollo

ARTIGO

Com uma carta na manga, por César Benjamin

ARTIGO

Reflexiones sobre el desarrollo y el Estado, por Arturo Nuñez del Prado

CONGRESSOS

Congressos de economistas brasileiros e da América Latina

LANÇAMENTO:
"VINTE ANOS DE POLÍTICA ECONÔMICA"

PÁG. 20

Descaminhos do sistema educacional brasileiro

Gaudêncio Frigotto analisa a educação brasileira nos anos 90 e não vê motivos para qualquer otimismo: "Não temos mais um sistema nacional de educação básica." Afirma, no entanto, que as causas mais profundas da crise do ensino estão fora do sistema escolar: "A miséria é tanta que as pesquisas apontam a educação como quinta prioridade dos grupos sociais mais pobres (...). As pessoas estão tratando, tão-somente, de sobreviver."

páginas 10 a 12



VISTA TOMADA DA IGREJA DE SÃO BENTO NO RIO, DE JOHANN MORITZ RUGENDAS, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ana Lagôa (MTB 13272) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (021) 232-8178 – Fax: (021) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (021) 262-2535 – Fax: (021) 240-4366 – E-mail: sirdecon@embratel.net.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 – Fax: (021) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Mais um acordo foi assinado entre o nosso governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecendo, de novo, critérios de desempenho e metas indicativas par a economia brasileira no próximo período.

Mais uma vez prevalece a impressão de que estamos diante de uma peça de ficção, cujo único objetivo é "calibrar" as expectativas. Para algumas variáveis críticas, com efeito, parecem ter sido estabelecidas metas que estão situadas fora da ordem de magnitude em termos de possibilidades reais.

A taxa de crescimento para as exportações – 20% ao ano – é considerada pelos próprios exportadores como otimista demais, ou irrealista, tendo uma chance mínima de ser

alcançada. A taxa de juros real – de 10% ao ano no fim de 1999 – parece delirante, quando se considera que entre 1995 e 1998, quando a situação macroeconômica brasileira era bem menos crítica do que a atual, essa mesma taxa foi da ordem de 20%.

Como se não bastasse, a taxa média de câmbio – que prevê uma cotação de R\$ 1,70 para cada US\$ 1,00 – também parece uma quimera, na medida em que o dólar deverá transformar-se, cada vez mais, em um ativo importante, como reserva de valor. Nesse sentido, usar o conceito de paridade do poder de compra como indicador de uma taxa de câmbio de equilíbrio representa desconhecer um fato simples: o preço da "mercadoria dólar" depende das condições de oferta e

demanda, e não de diferenciais da inflação existente no Brasil e qualquer outro país. Como a vulnerabilidade externa do país continua situada em níveis dramáticos e a credibilidade do governo federal está em baixa, é provável que as contas externas brasileiras continuem envolvidas em um quadro de incertezas críticas e de grandes turbulências.

Além disso, as metas definidas no acordo com o Fundo Monetário têm como contrapartida uma grave recessão, com a combinação de juros altos, arrocho nos salários e desemprego. Um quadro grave, numa economia que já estava estagnada em 1998 e cuja taxa de desemprego, pela metodologia do Dieese-Seade, já se aproxima de 20% em seus nove grandes aglomerados urbanos.

ECONOMISTAS

Análise de Políticas Públicas

A UFRJ está oferecendo, de abril deste ano a maio de 2000, o curso de especialização em Análise de Políticas Públicas. O objetivo é capacitar profissionais de curso superior da administração pública a formular e analisar políticas públicas, estendendo esta oferta a profissionais do setor privado e profissionais liberais em geral, interessados em conhecer e avaliar de forma rigorosa os mecanismos decisórios do setor público. O curso tem uma carga horária de 420 horas, 360 das quais em sala de aula e 60 na elaboração da monografia. O corpo docente é formado por 19 professores de primeira linha dos quadros da UFRJ. As inscrições se encerram em 31 de março.

Análise de Conjuntura

Também terá início em abril o MBE em Análise de Conjuntura, aberto a economistas e outros profissionais de áreas afins, preparando especialistas em formulação de diagnósticos e prospecções. A carga horária será de 360 horas, distribuídas em quatro módulos: Fundamentos Macroeconômicos, Conjuntura Econômica Internacional, Análise de Conjuntura Econômica Brasileira e Conjuntura Política. Treze professores da UFRJ se encarregarão do curso, que durará um ano. Informações: com Albana ou Eugênio, (021) 295-1447 ramais 225/234 e (021) 542-9641. Ou ainda por e-mail: eamg@ie.ufrj.br ou albana@ie.ufrj.br.

NOVO TELEFONE

O Corecon/RJ
está de telefone novo:
(021) **232-8178**

BIBLIOTECA

Atenção!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:
Segundas, Quartas e Sextas,
das 12h às 18h.
Terças e Quintas, das 11h às 17h.

JR ERROU

Na edição 117, a fotografia do professor Jan Kregel saiu com o crédito de João Diaz, quando na verdade é uma cortesia de Luiz Alberto Machado, do Corecon/SP.

ARTE

Johann Moritz Rugendas, pintor e desenhista alemão (Augsburg 1802 – Weilheim 1858), encantou-se com a vista das cidades de Sabará, Ouro Preto e Caeté, e das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, explorando e revelando em seus desenhos a originalidade do povo e da fauna brasileira. Rugendas veio para o Brasil em 1821, a fim de trabalhar na expedição científica do Barão de Langsdorff. Não chegou a acompanhar a referida expedição em todo seu trajeto pelo interior do Brasil, mas fez desenhos e anotações sobre aspectos das regiões brasileiras, reunindo cem de seus trabalhos sob o título *Voyage pittoresque au Brésil*, luxuosa edição litografada por Engelmann (1835), publicada em Paris. Hoje, seus trabalhos encontram-se dispersos em museus e coleções particulares da Europa e da América do Sul, inclusive do Brasil.

O *Jornal dos Economistas* reproduz a litografia de Johann Moritz Rugendas graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos.

Na capa: *Vista tomada da igreja de São Bento no Rio*, litografia com área impressa 24 x 31,3 cm. Reprodução: João Diaz

— ARTIGO — por Maria Beatriz de A. David, Mônica dos Santos Rodrigues, Paula de Andrade Rollo —

Políticas de ajustamento e inversão na tendência de crescimento do setor agropecuário: o que mostra o novo censo?

Com a divulgação dos resultados do Censo Agropecuário de 1995/96, vislumbram-se grandes perspectivas para os estudos de longo prazo do setor agropecuário brasileiro, pois se reabre a possibilidade de analisar as transformações estruturais ocorridas no setor. Este censo proporciona também os elementos indispensáveis para a constatação, entre outros aspectos, dos impactos das reformas econômicas sobre o nível de atividade e o emprego na agricultura. Além disso, o fato de contar com um censo é de grande importância porque, ao contrário dos outros setores produtivos, para os quais existem informações cadastrais que permitem um acompanhamento sistemático, o setor agropecuário depende dos censos e estes não se realizavam desde 1985. É verdade que os dados anuais disponíveis para o setor (tais como o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA) indicam certas tendências, mas não permitem quantificar a intensidade das mudanças, dada a grande heterogeneidade existente. Algumas dessas tendências, que vinham sendo constatadas pelos dados anuais, estão sendo confirmadas pelo Censo Agropecuário de 1995/96, mas as transformações foram muito mais aceleradas do que se poderia prever. Tais mudanças podem ser sumarizadas em uma forte redução no uso de mão-de-obra, no número de propriedades agrícolas e na retração da área plantada, apesar da queda nos custos de produção e no preço da terra. As conseqüências mais significativas desse processo foram a concentração da riqueza e dos ganhos de produtividade. Elas podem ser constatadas pelos incrementos na produtividade de certos produtores, em algumas regiões e para produtos específicos. Uma outra transformação de extrema importância, constatada através do censo agropecuário de 1995/96, foi a transferência do eixo dinâmico do setor para as atividades ligadas à pecuária. Tal transferência

obviamente teve implicações significativas sobre o uso de fatores produtivos e sobre a ocupação no setor agropecuário, e, juntamente com as demais transformações acima citadas, contribuiu para estabelecer novos parâmetros à dinâmica de crescimento do setor.

TRANSFERÊNCIA DO EIXO DINÂMICO DO SETOR PARA AS ATIVIDADES PECUÁRIAS

A partir da década 1980, os mecanismos que garantiam grande dinamismo às culturas começaram a dar sinais de esgotamento e começou-se a observar a gradativa transferência, já destacadada anteriormente, do eixo dinâmico do setor agropecuário das culturas para as atividades ligadas à pecuária. Para se ter uma idéia, a participação da produção animal no total da produção agropecuária aumenta de 30% para 40% entre os censos de 1985 e 1995 e em alguns estados, como Santa Catarina, o valor da produção animal supera o da produção agrícola. Da mesma forma, a participação das compras de animais no total dos investimentos agropecuários passou de 28% em 1985 para 38% em 1995, apesar da queda de 66% nos investimentos totais.

Estes comportamentos confirmam a importante contribuição da atividade pecuária para o crescimento do produto total do setor desde a segunda metade dos anos 80, bem como a redução observada na área cultivada a partir de 1989.

O crescimento da importância das atividades pecuárias em detrimento das lavouras acarretou modificações no uso dos fatores produtivos e na ocupação do setor. De fato, a participação das despesas com adubos e corretivos, principais insumos agrícolas, nas despesas totais, decresceu entre 1985 e 1995. Ao mesmo tempo, aumentou o peso relativo das despesas com rações industriais e com sal e medicamentos para animais, respectivamente os principais insumos

utilizados na avicultura e na pecuária bovina. No que se refere à ocupação, como a pecuária emprega consideravelmente menos pessoas do que as lavouras, o maior dinamismo daquela atividade em detrimento desta acaba intensificando a redução do pessoal ocupado em todo o setor.

REDUÇÃO DO EMPREGO RURAL

No que se refere à queda no emprego rural, é possível identificar duas fases distintas deste movimento. A primeira, verificada entre 1980 e 85 que, relativamente ao período de 1975/80, aponta para uma desaceleração significativa na taxa de crescimento do pessoal ocupado, apesar de ainda apresentar taxas positivas. A outra é constatada com a introdução dos dados do censo de 1995-96, que indicam uma variação negativa do número de pessoas ocupadas entre 1985 e 1995/96 para todos os estados, com a única exceção do estado de Roraima. Entre as categorias que sofreram redução mais expressiva nesta segunda fase destacam-se os responsáveis e membros não remunerados da família, os parceiros e os empregados temporários.

A redução no número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias é uma tendência que atingiu principalmente os estabelecimentos rurais com menos de 10ha, que foram responsáveis por cerca de 40% desta desocupação. Em termos regionais, destaca-se a diminuição de pessoal ocupado nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Esse decréscimo do pessoal ocupado na agropecuária já podia ser observado através do Censo Demográfico de 1991, que já delimitava claramente a redução do trabalho no campo, ao mesmo tempo em que destacava a agroindústria como única atividade ligada à agropecuária que apresentava algum dinamismo. No entanto, desde então, algumas evidências vêm indicando a ocorrência

de mudanças importantes nas formas de integração da agricultura com a agroindústria, especialmente no caso da pecuária. A elevação do nível de capital inicial necessário e a crescente integração estão levando a exigências de uma escala produtiva diferente da que vinha caracterizando essas agroindústrias, que agora excluem os agricultores familiares. Esta tendência, contudo, só poderá ser melhor examinada quando o próximo Censo Demográfico estiver disponível.

O fenômeno da redução dos postos de trabalho no campo encontra-se, de maneira geral, positivamente associado, na literatura, ao grau de desenvolvimento do país. Isso, entretanto, só seria verdade se os demais setores da economia estivessem gerando emprego, o que levaria ao deslocamento de pessoas da agropecuária para ocupações com um nível de produtividade mais elevado. Além disso, em economias com um alto grau de concentração de riqueza essa associação também não é válida. Logo, no caso brasileiro, a explicação para o decréscimo da ocupação agropecuária envolve questões muito mais amplas do que a simples transferência de pessoas para os setores mais dinâmicos da economia.

Um ponto interessante a ser observado é que a expansão da atividade agrícola nos últimos 20 anos tem se caracterizado pelo aumento generalizado na produtividade da mão-de-obra (área/trabalhador) e a contrapartida para tal aumento tem sido a redução no preço recebido pelos agricultores. Este fato tem determinado uma queda na produtividade monetária dessa mesma mão-de-obra na maioria das regiões do país. Além disso, com a retração concomitante da área explorada, o aumento da produtividade da mão-de-obra acabou agravando o desemprego rural. Esse aumento da produtividade estava também associado à maior mecanização e à utilização mais intensa de insumos químicos na agropecuária

ARTIGO

proporcionada pela abertura comercial. Esta, ao permitir o barateamento de 43% (em média) para uma série de insumos químicos importados, reduziu os custos de produção de diversos produtos agrícolas. Entretanto, cabe salientar que a abertura comercial não atingiu todos os produtores da mesma forma. Beneficiou principalmente os produtores que fazem uso de um determinado pacote tecnológico, deixando à margem um grande contingente de agricultores.

MUTAÇÕES NO ESPAÇO AGRÍCOLA

A superfície total dos estabelecimentos agrícolas, incluindo todas as formas de utilização do solo, cresceu, em média, 15% entre 1975 e 85. Tal evolução foi resultado do modelo tradicional de desenvolvimento agrícola baseado na incorporação de novas terras - as chamadas regiões de fronteira. Entretanto, desde o início dos anos 90, verificamos uma reversão dessa tendência, com os dados do censo de 1995/96 apontando uma redução da área cultivada, das terras em descanso, das pastagens e das florestas pertencentes a estabelecimentos agrícolas que chega a 17 milhões de hectares, ou seja, 4,8% da superfície total dos estabelecimentos. Essa redução ocorreu apesar da importante queda no preço das terras observada desde os anos 80, quando a recessão econômica e a crise da dívida externa passaram a limitar as possibilidades de intervenção do Estado no financiamento das atividades agropecuárias. Desde então, o que se vê são tentativas de capitalização dos agricultores através do setor privado ou de um maior estreitamento com as agroindústrias, o que mais uma vez leva à exclusão dos pequenos agricultores, dada a alta garantia, em termos de patrimônio, e a elevada escala produtiva exigidas nessas formas de financiamento.

O esgotamento dos instrumentos tradicionais de política agrícola brasileira (tanto do crédito subsidiado, como da garantia de preços mínimos), associado às mudanças nas condições produtivas decorrentes da abertura comercial, foi responsável pelo recuo verificado na superfície cultivada. Entre 1985 e 1995-96 ocorreu no Brasil uma perda de 10 milhões de hectares cultivados, dos quais ¼ correspondiam às culturas

permanentes. Este movimento representou uma importante reversão da tendência verificada no período de 1975/80, quando houve um ganho de cerca de 12,1 milhões de hectares de área cultivada.

Em termos de forma de exploração do uso do solo, o censo agropecuário revela, ainda, aumento das pastagens plantadas e das florestas naturais. O aumento das pastagens plantadas, concomitante à redução das pastagens naturais, ou seja, uma pecuária mais intensiva, se traduz em uma melhora das condições de produção não somente dos animais destinados ao corte, principalmente no Centro-Oeste, mas também do gado leiteiro, em particular em Minas Gerais. No entanto, sabe-se que, em parte, este aumento representou um processo de substituição das terras cultivadas por pastagem, dadas as condições impostas à agricultura em decorrência das políticas de ajustes, destacando-se a significativa retração das fontes de financiamento.

RETRAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS

A queda do número de estabelecimentos também é uma importante constatação do novo Censo Agropecuário, especialmente quando se tem em mente que essa queda determinou uma maior concentração da riqueza no meio rural. De fato, o número de estabelecimentos agropecuários retornou, em 1995, praticamente ao nível do ano de 1975. Essa tendência de queda já podia ser visualizada desde o censo anterior, em 1985, mas acentuou-se na última década. Foram cerca de 1 milhão de estabelecimentos que deixaram de existir entre 1985 e 1995, sendo que a maior redução ocorreu na região Nordeste (mais de 470 mil estabelecimentos, ou seja, quase 50%). Os estabelecimentos mais atingidos foram os de menos de 10 ha, cuja redução alcançou 662 mil em todo o país, sendo mais de 400 mil apenas na região Nordeste. Da mesma forma, na região Centro-Oeste, o número de estabelecimentos de menos de 10 ha caiu pela metade entre 1985 e 1995/96, o que resultou numa retração do número total de estabelecimentos da ordem de 10%. Tal retração ocorreu apesar das demais categorias de esta-

belecimentos terem apresentado ligeiro crescimento nesse período, o que não se repetiu em nenhuma outra região do país. Isso acabou contribuindo para o aprofundamento da concentração fundiária na região. Com efeito, os pequenos estabelecimentos, apesar de representarem quase 60% do total no Centro-Oeste, ocupam apenas 4% da área total das explorações agropecuárias. Cabe esclarecer que, dadas as características fundiárias dessa região, considera-se pequenos estabelecimentos aqueles com menos de 100 ha.

MUDANÇA NA PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS

Uma análise do comportamento da produtividade das vinte principais lavouras (no que se refere à sua contribuição ao PIB), a partir da comparação dos resultados dos censos agropecuários de 1980, 1985 e 1995, permite chegar a resultados muito interessantes, que revelam alterações significativas nas tendências observadas no período de 1980-85.

Entre 1980 e 1985, os produtos que apresentaram maiores ganhos de produtividade foram o trigo (66,14%) e o café (62,33%), que contavam com grandes incentivos governamentais. O esgotamento dos instrumentos tradicionais de política setorial e a abertura comercial determinaram uma alteração importante na pauta de produtos que experimentaram ganhos de rendimento médio. Para o período 1985/95, os produtos de base, como o milho, o arroz e o feijão, foram os que mais se beneficiaram com incrementos expressivos de produtividade, atingindo acréscimos em seus rendimentos médios de 62,98%, 55,63% e 33,93%, respectivamente. O mais interessante é que alguns desses produtos apresentaram, no período anterior, taxas pouco significativas ou mesmo negativas de crescimento. Foi o caso do milho e do feijão, que no período 1980-85 tiveram seus rendimentos médios reduzidos em 3% e 5%, respectivamente.

Os produtos de base, juntamente com a soja e o algodão, que apresentaram ganhos de produtividade menos expressivos mas ainda importantes, foram responsáveis por estabilizar a produtividade da cesta composta pelos vinte principais produtos em termos de contribuição para o PIB no

período 1985-95. Com efeito, eles minimizaram as perdas de produtividade dos demais produtos dessa cesta, permitindo que o resultado líquido fosse praticamente nulo.

CONCLUSÕES

As principais modificações ocorridas no setor agropecuário constatadas a partir do novo censo apontam para uma reestruturação na dinâmica de crescimento das atividades agropecuárias. Na atualidade, os incrementos de produção são logrados com forte redução do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos rurais, queda nos investimentos, nos custos de produção, no preço da terra e nos preços recebidos pelos agricultores. Essas mudanças foram acompanhadas, ainda, de uma forte retração da área explorada e, em diversas regiões do país, a expansão da pecuária se fez em detrimento das lavouras.

A retração do pessoal ocupado e da superfície das explorações agrícolas, ainda que possa corresponder, em alguns casos, a uma maior racionalização dos meios de produção, resulta em um custo social extremamente elevado, uma vez que deixa sem condições de funcionamento milhares de pequenos estabelecimentos. Portanto, uma política agrícola que viabilizasse o trabalho dos pequenos produtores, garantindo a eles o acesso à terra, a linhas de crédito, à assistência técnica e à tecnologia, devolveria à agropecuária o caráter absorvedor de mão-de-obra que o setor apresentava até meados da década passada.

Finalmente, pode-se afirmar que o desmantelamento das políticas setoriais que marcaram a agropecuária brasileira nas décadas de 80 e 90 abriu uma enorme lacuna que ainda não conseguiu ser preenchida pela iniciativa privada, tanto no que se refere às fontes de financiamento da atividade agropecuária quanto às instituições de apoio ao desenvolvimento e à pesquisa.

Maria Beatriz de A. David é chefe da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) e professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mônica dos Santos Rodrigues e Paula de Andrade Rollo são pesquisadoras do Progesa/Nuseg/UERJ - Programa de Estudos sobre Agricultura e Desenvolvimento Sustentável.

Com uma carta na manga

Com a crise do Real, três medidas de grande alcance entraram na pauta do debate brasileiro, de forma ainda relativamente tímida, mas merecedora de grande atenção: (a) a possibilidade de transformar o Banco Central do Brasil em um “conselho da moeda” [*currency board*], ou “caixa de conversão”, como já se fez na Argentina; (b) a aceleração das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca); (c) a privatização, ora confirmada ora negada, das grandes empresas estatais restantes, com destaque para a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A posição do presidente Fernando Henrique em todas essas questões – cruciais para o nosso futuro – tem sido ambígua, o que permite duas leituras: ou ele está sem projeto claro ou não tem, no momento, condições políticas para explicitar seu projeto. Se a última hipótese for verdadeira, compreende-se: de fato, são necessárias condições especiais para defender e adotar medidas que retiram, do país, as últimas instituições e instrumentos ainda disponíveis para levar adiante qualquer iniciativa minimamente soberana. A criação e manutenção de uma moeda própria, por exemplo, com uma autoridade pública detendo o monopólio de sua emissão e autonomia para emití-la, é parte fundamental do próprio processo de formação das nações independentes.

Por diversos motivos, devemos levar a sério a ameaça que aquelas três medidas representam. O acordo com o FMI, recém-assinado, já sinaliza o caminho, ao atrelar a política monetária do Brasil à variação das reservas. Na sua esteira, multiplicam-se as vozes autorizadas do *establishment* que passaram a defender, na mídia, a proposta do “conselho da moeda”. Em dezembro do ano passado, o ex-funcionário do Grupo Soros e atual presidente do Banco Central, Armínio Fraga, dizia que “estamos em um mundo no qual há taxas de câmbio demais e moedas demais”. Francisco Gros, ex-presidente do Banco Central e atual funcionário do Grupo Morgan, seguiu depois o mesmo compasso. Em 30º de

janeiro, ao nos visitar, Paulo Volcker, ex-presidente do Banco Central dos Estados Unidos, afirmou que “a tendência é de países pequenos adotarem a moeda forte do bloco dominante a que pertencem.” No dia seguinte, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Rudiger Dornbusch escreveu: “O primeiro e mais imediato passo é que o país precisa adotar o *currency board*.” E completou: “O Brasil deveria colocar as privatizações que ainda restam por fazer sobre a mesa, imediatamente.”

As duas coisas estão intimamente ligadas: a adoção do “conselho da moeda” permitiria impulsionar as privatizações, que enfrentarão dificuldades imensas enquanto durar a atual imprevisibilidade cambial. Além disso, criaria uma imensa área dolarizada, que englobaria as duas economias relevantes da América do Sul, formando assim a ante-sala natural da Alca em nosso continente. Como se vê, as medidas a que me referi têm coerência entre si e podem configurar, em futuro próximo, os alicerces de uma política explícita. Quanto às condições políticas, *stricto sensu*, elas se criam. Se, nos próximos meses, as pressões inflacionárias se mostrarem vigorosas, a destruição da moeda nacional – novamente, em nome da estabilidade – poderá tornar-se uma idéia aceitável para uma população exposta ao abismo de um novo descontrole de preços. Seremos levados, neste caso, a um “Plano Real II” que aprofundará, de forma dramática, a lógica do “Real I”. Tudo será defendido “tecnicamente”, como sempre.

Não é preciso dizer muito sobre as conseqüências desse desdobramento. Criado o conselho da moeda, a disponibilidade de reservas em dólar passa a determinar a quantidade de moeda em circulação no Brasil, o volume de crédito disponível, o nível das taxas de juros, etc. Aquela disponibilidade depende, crucialmente, dos humores do sistema financeiro internacional, que passará a comandar as variáveis-chaves do nosso desempenho econômico, sem mediações. Nossos sucessivos “ajustes” terão que ser eminentemente recessivos. Quanto à Alca, ela extinguirá

o espaço econômico brasileiro, integrando-o em um espaço mais amplo, cujo centro de gravitação será a poderosa economia americana. Por fim, as novas privatizações eliminarão o que resta das empresas estratégicas de base nacional. A menos de uma ruptura traumática, nossa condição de país periférico se tornará irremovível.

O processo de dolarização pode vir a interessar os investidores internacionais, cujas operações, como se sabe, exigem um horizonte previsível para o câmbio. Se ele oscila sem parar, ou se pode oscilar bruscamente de uma hora para outra, essas operações se inviabilizam, pois os ganhos e perdas se tornam aleatórios. Como o governo continua a dizer que cumprirá a meta de arrecadar US\$ 20 bilhões este ano com as novas privatizações, e como ninguém espera uma estabilização do câmbio a curto prazo através do “mercado”, a livre flutuação poderá tornar-se disfuncional mais cedo do que se pensa. Além disso, manter o câmbio flutuante com um Banco Central fraco e devendo bilhões de reais em títulos da dívida interna indexada ao dólar é entregar carne fresca a leões famintos, como mostraram os diversos picos nas cotações da moeda americana às vésperas do vencimento de grandes quantidades desses títulos. O futuro do Mercosul é outro aspecto importante. Poderá ele conviver com dois regimes cambiais opostos, praticados pelas duas economias relevantes (câmbio fixo na Argentina, câmbio livre no Brasil)?

Há, pois, duas possibilidades principais. Ou vamos para um regime de “flutuação suja” ou vamos para o câmbio fixo. A primeira hipótese implica a disposição permanente de queimar reservas, que já estão muito baixas. Só poderá ser implementada se houver apoio externo firme e reiterado. Portanto, o governo brasileiro está condenado a evoluir para a política cambial que o sistema internacional determinar. Não parece impossível que a própria Argentina pressione para uma compatibilização das políticas. Se ambos os países convergirem para o sistema fixo, referenciado no dólar, estará dado um imenso impulso à proposta da Alca. Também aqui, as coisas se encaixam.

Conclusão: ao contrário do que muitos pensam, a crise atual pode não ser terminal para o modelo implantado nos últimos anos. Pode representar uma etapa – consciente ou não, mas necessária – para seu aprofundamento. Neste caso, a patética ambigüidade do presidente Fernando Henrique em questões tão relevantes (“Não está na hora de discutir o *currency board*”, “A Petrobras será privatizada se o Brasil assim o desejar”, etc) sinalizaria apenas um compasso de espera. O reverso da medalha é evidente: as oposições que praticam o imobilismo – aguardando ganhar prefeituras em 2000, de olho na Presidência em 2002 – estão fazendo o jogo que interessa ao sistema atual de poder. Mais uma vez.

César Benjamin é editor e co-autor de *A opção brasileira* (Contraponto, 1998).

OPORTUNIDADE

Curso de Administração de Empresas

O Cademp oferece cursos de administração de empresas em diversas áreas, tais como: Administração Geral, Comportamental, Contabilidade e Finanças, Vendas e Marketing, Administração de Material, Recursos Humanos e cursos específicos de competência para Gestão de Processos, Direito Tributário, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Técnicas de Redação Empresarial.

Os cursos têm como objetivo principal transmitir conceitos básicos e instrumentalizar profissionais em diferentes áreas de administração. Informações sobre o ciclo de cursos poderão ser obtidas no Cademp, Praia de Botafogo, 190 – sala 316 ou através dos telefones: 536-9112, 536-9115 e 536-9259. Fax: 536-9258 e 552-3590. E-mail: cademp@fgv.br. <http://www.fgv.br/cademp.htm>

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- **A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia**, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- **Os fluxos financeiros na América Latina – um desafio ao progresso**, 284p., Ricardo French-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- **Antologia de Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos de vida lutando pelo Brasil**, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- **Após 1989- moral, revolução e sociedade civil**, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- **Histórias esquecidas da ciência**, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- **30 anos do The New York Review of Books – a primeira antologia**, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- **América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- **Dialética marxista, dialética hegeliana – a produção capitalista como circulação simples**, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. Neste sentido, é que o Conselho Regional de Economia –RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe – 1998*, 108p. U\$ 15,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – 1998*, 289p. U\$ 15,00
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *El Pacto Fiscal*, 280p. US\$ 10.
- *Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 314p. US\$ 15.
- *Las Relaciones Económicas*, 396p. US\$ 15.

Horário de funcionamento da Biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

ENGENHARIA GENÉTICA

Transgênicos: alternativa ou mal do século?

A liberação dos transgênicos é precipitada. Esta é a opinião de Karen Suassuna, da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace no Brasil, sobre a controvérsia em torno dos grãos geneticamente modificados, os chamados transgênicos. Com a manipulação de material genético, a ciência tornou possível a intervenção do homem nos processos biológicos, transformando seres vivos de acordo com interesses próprios.

As dúvidas são muitas e os estudos ainda engatinham. No Brasil, além das dúvidas gerais, há o desconhecimento da biodiversidade da flora dos diferentes ecossistemas. A destruição da biodiversidade de insetos, com a quebra da cadeia alimentar de outros animais, é um dos problemas quanto ao meio ambiente. Esse fato é o principal motivo de discussão sobre o milho com gene da toxina do Bt na Europa.

Com relação à segurança alimentar, Karen volta a enfatizar que os estudos desenvolvidos são precários e que a saúde do consumidor não pode correr riscos por causa de atitudes imprudentes. O problema das reações alérgicas têm sido outro ponto preocupante. Houve um aumento de 15% nessas reações a partir do uso da soja transgênica.

Enfim, por vários motivos, setores da comunidade científica defendem uma moratória de cinco anos para a liberação das plantas transgênicas destinadas ao cultivo intensivo. Esse tempo é necessário para que os estudos de impacto ambiental sejam realizados, conforme parecer técnico da CTNBio para o caso da soja transgênica. Por outro lado, discute-se também a necessidade de testes específicos, em vista da variabilidade de expressão gênica em relação às condições ambientais.

Os transgênicos ainda não invadiram o mercado brasileiro. “No cenário mundial que se desenha, o Brasil, único grande produtor de grãos livre de transgênicos, torna-se uma alternativa aos mercados europeu e asiático. Assim, além de continuar protegendo a biodiversidade, manter a produção agrícola nacional é um ótimo negócio”, afirma Karen.

Nos países onde os alimentos geneticamente modificados circulam sem muitos entraves, a população tem o direito de conhecer o tipo de alimento que consome. O consumidor deve ser informado, com a devida indicação, no rótulo do produto, do tipo de gene inserido. Essa exigência é ainda mais imprescindível ao se considerar a abertura da fronteira agrícola com os países do Mercosul, que têm legislações distintas. te a perspectiva internacional e a experiência brasileira.

PUBLICAÇÕES

O Corecon/RJ, o Ierj e o Sindecon, dando prosseguimento à política de difusão da informação, editará este ano os trabalhos agraciados com o IX Prêmio de Monografia. As publicações das entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão voltadas para a atualização profissional, questões do ensino e de pesquisas acadêmicas e estão disponíveis na sede do Corecon/RJ são:

- *Visões da Crise* – coletânea de entrevistas realizadas pelo *Jornal dos Economistas*.
- *Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro* – artigos de especialistas sobre as questões atuais envolvendo este setor econômico.
- *Guia dos Consultores em Economia* – cadastro apurado das consultorias, que preserva a qualidade do trabalho dos profissionais da área.
- *Ensino de Economia – Questões Práticas e Empíricas* – indispensável professores e alunos da Economia e áreas afins.
- *Desemprego: Desafios e perspectivas na virada do século* – textos apresentados durante o seminário que discutiu a problemática do desemprego crescente.
- *Vinte anos de Política Econômica* – Coletânea de artigos que trata de diferentes aspectos da economia contemporânea brasileira.

CORECON/RJ – Av. Rio Branco, 109 – 19º. andar – Rio de Janeiro – Tel. (021) 232-8178

ARTIGO

por Arturo Nuñez del Prado

Reflexiones sobre el desarrollo y la responsabilidad del Estado

Transcurrida buena parte del decenio de los noventa, parece oportuno realizar un balance que promueva el debate sobre lo sucedido en América Latina y el Caribe con el desarrollo económico, social y político. Tal es el objeto del documento aquí reseñado, el que presta una atención especial al examen de los resultados alcanzados durante ese decenio y de sus causas, y explora algunas políticas que podrían llevarse a cabo, así como nuevas concepciones estratégicas sobre el Estado. La realización de ese ejercicio resulta aún más pertinente si se considera que hacia 1990 existía la convicción general de que la crisis iniciada a principios de los años ochenta había sido superada, y que la región estaba tomando medidas de política encaminadas hacia un vigoroso crecimiento económico y una mayor equidad social.

En términos generales, el proceso de desarrollo de los años noventa presenta encomiables activos, pero también inquietantes pasivos. Entre los primeros cabe destacar el logro de estabilidades macroeconómicas siempre difíciles de mantener; incursiones competitivas en el mercado externo; progresos en la gestión empresarial, y ganancias de productividad en los sectores y actividades más dinámicos. Los pasivos tienen relación con la limitada y frágil expansión económica, su escasa difusión, y con la inequidad. El balance realizado da por conocidos los activos, que han sido subrayados por la Cepal y el Ilpes en varias publicaciones, y se concentra en los pasivos, que no han sido objeto de exámenes pormenorizados y de conjunto en los años recientes, pero cuyo conocimiento resulta imprescindible para determinar el rumbo a seguir.

1. LAS FRAGILIDADES Y LAS INSUFICIENCIAS

La economía latinoamericana en su conjunto ha crecido durante los años noventa a un ritmo que es la mitad del alcanzado en los veinte años que van desde 1960 a 1979, y el

coeficiente de inversión aún no alcanza el nivel que tuvo antes de la crisis de los ochenta. El examen por países presenta la misma tónica, salvo contadas excepciones. Se puede concluir que el crecimiento es insuficiente y está resultando esquivo. Por su parte, la inversión, dada su cuantía y menguada capacidad de arrastre (por el fácil y rentable acceso a la importación de insumos), no da garantías de potenciar el crecimiento futuro. Con todas las ventajas que puede tener la apertura al exterior, la menor difusión del progreso técnico dentro de la economía es un *quid pro quo* que cabe considerar.

Aparte de las insuficiencias anotadas, las economías de la región, en general, exhiben fragilidades dignas de preocupación. La primera radica en los disímiles ritmos con que se expanden importaciones y exportaciones; aquéllos son largamente mayores que éstos. Cualquier proyección de tendencias conduce a brechas difíciles de manejar en la cuenta corriente del balance de pagos.

La segunda se encuentra en la situación fiscal, especialmente sensible a las crisis externas y a las demandas sociales. Esta muestra una proclividad al deterioro en buena parte de los países; las medidas y circunstancias que permitieron reducir los déficit presupuestarios en los años noventa pueden resultar transitorias. La lentitud del crecimiento acentúa la presión sobre el gasto público destinado a paliar la falta de irradiación de aquél hacia vastos sectores de la población; no se podrá contar con financiamientos provenientes de privatizaciones, al menos en la medida de los primeros tiempos; las reformas que se introducen en materia de previsión y salud demandan significativos costos fiscales; obligadas devaluaciones de los tipos de cambio revalorizarían en moneda nacional las deudas externas que pesan sobre el sector público; en fin, las turbulencias en los mercados de capitales y las caídas de precios de varios productos básicos afectan las cuentas externas,

y ciertamente las fiscales.

En tercer lugar, un flanco vulnerable del proceso de crecimiento se localiza en el sector financiero. La expansión crediticia ha sido muy rápida, y en algunos países se ha duplicado con creces en valores constantes durante los años noventa. Resta aquilatar la solidez y continuidad de la capacidad de pago de esos créditos, habida cuenta de lo sensible que puede resultar la calidad de las carteras a las devaluaciones y la magnitud de las que actualmente están en mora. Promueve inquietud la cuantía de los créditos para consumo, en desmedro de los dirigidos a sectores productivos.

El funcionamiento macroeconómico e institucional caracterizado por precios relativos influidos por la apertura comercial y financiera, junto con la revalorización de las monedas, la desregulación del sistema bancario interno, la entrada masiva de capitales de corto plazo, y otros factores, permitió en sus comienzos la estabilidad de precios y el equilibrio de la balanza de pagos. Sin embargo, el paso del tiempo develó que se estaban incubando las fragilidades antes mencionadas. Los frecuentes ajustes y crisis a que dieron origen reflejan su insostenibilidad en el mediano plazo y explican las dificultades que enfrenta la región para superar el 3% de crecimiento en el presente decenio.

Si a estas fragilidades se les suma el análisis de los factores de dinamismo que han caracterizado la expansión económica durante el presente decenio, surge una razonable preocupación sobre su mantenimiento.

La participación decreciente del ahorro nacional en el ingreso pone en evidencia que los sectores pudientes han optado más por el consumo que por la inversión. Salvo escasas excepciones, bajos niveles de inversión y altos niveles de ahorro externo reflejan que este último ha ayudado más a facilitar los niveles de consumo que a fomentar la inversión.

En estas condiciones, y con el dinamismo descrito, el horizonte en que se lograrían los frutos de las políticas económicas parece extenderse en demasía.

En el ámbito de la equidad, los resultados tampoco son convincentes. No obstante el crecimiento del empleo en los primeros años del decenio de los noventa, vuelve a hacerse evidente la incapacidad de las economías de la región para absorber productivamente la demanda de trabajo. Respecto de la distribución del ingreso, muy desigual desde antaño y deteriorada en el decenio de los ochenta, no hay, salvo excepciones, señales de reversiones importantes. Por lo contrario, en la mayor parte de los países para los que se dispone de información, los índices de concentración del ingreso urbano mantienen o aumentan su nivel. Si se tomara en cuenta al campesinado, las distancias serían más pronunciadas aún.

La pobreza, expresión más dramática del subdesarrollo, no obstante la recuperación de comienzos de los años noventa, se ha incrementado en forma considerable entre 1980 y 1994. Entre esos años el número de pobres en América Latina pasó de 136 a 209 millones, los indigentes de 62 a 98 millones y los pobres urbanos más que se duplicaron. En los años noventa algunos países, tales como Chile y Brasil, han logrado importantes reducciones de la pobreza, pero el fenómeno dista de ser generalizado y la reducción de los ritmos de crecimiento en el bienio 1998-99 podría agravar la situación. Por su parte, la inequidad territorial dentro de los países persiste y se tienen indicios que las distancias entre aquellas regiones más dinámicas y las deprimidas tienden a acentuarse. Territorios con mayor infraestructura, mejores servicios de apoyo, mayores mercados y mejor educación y conocimiento de sus agentes tienen una posición de ventaja en la actual modalidad de desarrollo.

Si se reflexiona con detención so-

ARTIGO

bre la insuficiencia del crecimiento y lo difícil que está resultando elevar la inversión, así como sobre las limitaciones para irradiar progreso técnico en la estructura económica, necesariamente hay que ampliar y reforzar los cambios de política en curso. Si, además, se aquilatan las fragilidades que comprometen la viabilidad del crecimiento y se tiene en cuenta que se mantienen y acentúan las inequidades, sobran razones para insistir en aquellos reajustes.

La tendencia a la concentración del poder, la negativa percepción de la ciudadanía sobre el sistema político y las dificultades que se enfrentan para consolidar la democracia, no parecen ser ajenas al funcionamiento económico y sus resultados. Será necesario que en cada país se evalúe el alcance y validez de las inquietudes planteadas.

2. LAS LÍNEAS DE ACCIÓN

Los gobiernos están conscientes de los problemas aquí expuestos. De hecho, muchos de ellos han introducido cambios en sus políticas e incluso algunas de ellas, como el control de los capitales extranjeros de corto plazo, han ganado consenso interno y externo. Si se piensa que los reajustes incluyen una creciente función reguladora, intentos de fortalecer a través de acciones públicas directas e indirectas el proceso de inversión, medidas destinadas a controlar el consumo privado basado en endeudamiento insostenible, conciencia de los problemas que acarrearán precios relativos asociados a tipos de cambio sobrevalorados, y reconocimiento de que los problemas de inequidad ejercen creciente presión sobre el gasto público, se debe concluir que la situación amerita una mirada de conjunto y no sólo correcciones de carácter parcial. En este sentido, lo que aquí se propone es dar forma orgánica a un proceso que ya está en marcha.

Las reflexiones en torno a la orientación del proceso de desarrollo tienen como propósito sugerir líneas de acción en áreas sensibles del funcionamiento económico, social y político. Tales reflexiones se basan en dos consideraciones: primero, que en la región existe un grado apreciable de fatiga social en relación a los procesos de ajuste y, por lo tanto, no

parece justo solicitar mayores sacrificios a los grupos postergados y vulnerables, sobre todo en presencia de elevados niveles de consumo y utilización del financiamiento externo para sustentarlos; segundo, las áreas y líneas de acción perseguidas, si bien despiertan un interés generalizado, no se refieren a la situación de ningún país en particular. En cada realidad nacional, podrán diseñarse estrategias y programas de gobierno que contengan proyectos y políticas que se adecuen al grado y a las formas particulares que adquieren los problemas identificados.

a) La insuficiencia dinámica no puede prolongarse sin graves problemas en el mediano plazo. Se hace por tanto necesario impulsar un vigoroso proceso de inversión. En muchos países han aparecido focos dinámicos, pero en la mayoría de los casos son aún insuficientes. A la vez plantean desafíos en varios frentes: necesidad de infraestructura física y de servicios y de organización, políticas coordinadas de incentivos entre países y regiones, políticas tecnológicas y de eslabonamiento que refuercen la difusión del crecimiento, apoyo a las políticas de reinversión de utilidades, tributación al consumo excesivo y suntuario, y reforzamiento de mercados de capitales que brinden apoyo financiero a los sectores que lo necesiten.

b) Se ha avanzado menos en la recuperación de la política cambiaria y en su combinación con criterios de mediano plazo. Es necesario en este sentido compatibilizar los objetivos de estabilización de precios y equilibrio de la balanza de pagos con los de crecimiento y empleo. Por último, parece importante reforzar los mecanismos destinados a controlar los flujos especulativos, incluyendo no sólo aquellos que se originan en el capital extranjero de corto plazo, sino también en numerosos agentes internos que, más allá de la percepción del riesgo, actúan con la intención de captar excedentes financieros en situaciones de presión sobre el tipo de cambio.

c) Parece cada vez más evidente que algunas políticas económicas han tenido consecuencias sociales negativas que resultaron ser más permanentes de lo esperado; tal es el caso, como ya se dijo, de la redistribución regresiva del ingreso. En tales

circunstancias, no parece acertado suponer que dichas consecuencias puedan ser revertidas sólo mediante políticas sociales, pues ellas han demostrado ser insuficientes ante la magnitud de la tarea. Por lo tanto, el reajuste de la política económica no puede dejar de considerar los impactos sociales negativos que la misma provoca y deberán proponerse cambios para evitar que ello siga sucediendo.

d) Resulta urgente identificar en cada país los grupos vulnerables que, por su situación y representatividad poblacional, ameriten un examen particular de la actividad económica de la que dependen y una estrategia *ad hoc* para mejorar su productividad y su inserción progresiva en los mercados competitivos. En la región, una actividad generalizada que tipifica bien a los grupos vulnerables es la economía campesina. Hay que detener la corriente transformadora de pobres rurales en pobres urbanos, quizá recreando y adecuando a los tiempos la institucionalidad y las políticas que acaben con su segregación. Es aquí donde el apoyo estatal es indispensable; la asistencia financiera, tecnológica y de organización, así como la remoción de los obstáculos de estructura que impiden su articulación productiva, merecen acciones de gobierno decididas y cuidadosamente concebidas.

e) La política social impulsada en los últimos años tuvo como uno de sus principales objetivos la reorganización de los servicios sociales - sistemas de pensiones, salud y educación - mediante criterios que ponen énfasis en la eficiencia, la reducción del papel del Estado y el mayor protagonismo de la iniciativa privada y el mercado. La amplia aplicación de reorganizaciones de este tipo ha permitido advertir sus limitaciones, en especial la menor atención que dedican a la equidad. Por este motivo, es muy importante que continúen y se amplíen los esfuerzos, ya en curso en varios países, por reorganizar los servicios sociales mediante esquemas que combinen de forma más apropiada la eficiencia con la equidad, y la intervención estatal con la iniciativa privada y el mercado.

3. EL ESTADO NECESARIO

Las modificaciones en el

funcionamiento económico y social plantean nuevas formas y modalidades a la actividad del Estado. La reducción del Estado y el papel subsidiario que se le ha asignado han propiciado, en muchos países, su debilitamiento y desarticulación, procesos que le impiden cumplir de manera cabal con sus responsabilidades. No obstante, es impensable reeditar las formas de intervención del pasado. Hoy, para tener legitimidad, la intervención del Estado ha de ser selectiva, transparente, eficiente, de costo y tiempo conocidos, consensuada, periódicamente evaluada y verazmente informada. Lo principal es que la intervención del Estado no sofoque ni desvirtúe los atributos que han demostrado tener, en ciertas direcciones, el funcionamiento del mercado y la iniciativa privada.

Para cumplir con las finalidades de encauzar el desarrollo, y para mantener su legitimidad, el Estado ha de responder a una concepción distinta. No se trata de avanzar en una trayectoria establecida en los primeros esfuerzos de reforma y modernización del Estado ni de profundizar y dar un paso más en una tendencia. Más que eso, cabe repensar el Estado para volverlo capaz de encarar problemas no resueltos y alcanzar los objetivos del proyecto político que respalde la mayoría ciudadana. Se trata de identificar las funciones emergentes, de establecer instancias institucionalizadas de diálogo con el sector privado, de rescatar aquellas funciones que el mercado no ha asumido y que hoy se reconocen como necesarias. Resulta necesario perfilar un desarrollo institucional que permita al Estado conducir una gestión estratégica, con visión de mediano y largo plazo y cumpliendo las funciones que ella implica. El fortalecimiento y ampliación de su función reguladora surge como una tarea prioritaria que condiciona el diseño institucional y facilita al Estado la armonización de intereses.

Difícilmente puede esperarse una acción pública trascendente si el Estado se desenvuelve en medio de astringencias de fondos. Un aparato público que paga mal a sus funcionarios, invierte poco y tiene baja capacidad de gasto eficiente, está condenado a una inacción que le traerá censura cuando se hagan escrutinios

ARTIGO

sobre las responsabilidades incumplidas. El fortalecimiento de la capacidad fiscal para la movilización de recursos y energías aparece como tarea ineludible.

El desarrollo territorial y la descentralización pueden constituirse en factores dinámicos de nuevas estrategias de desarrollo, las que, por cierto, también condicionan el diseño institucional. La validación de lo local, las posibilidades de participación de la comunidad, la

identificación de proyectos de expansión productiva en ese nivel, junto con abrir espacios para la orientación del desarrollo, favorecen nuevas concepciones para el rediseño del Estado en cada país.

Aunque presentadas de manera sumaria, las líneas de acción sugeridas implican una tarea de gran envergadura, cuyas dificultades no han sido subestimadas por el Ilpes. Sin embargo, si en algunos países existen evidencias de que no se están alcan-

zando los resultados esperados, urge una profunda reflexión sobre la forma de superar los pasivos existentes en la economía y la sociedad. En estos casos sería conveniente realizar un debate abierto que, apoyado en rigurosas interpretaciones analíticas, permitiera identificar las opciones de cambio y sus posibles efectos. Dicho debate, en que debieran participar de manera amplia todos los actores sociales, permitiría ir concertando perspectivas e intereses con el fin de

decidir el camino a seguir. De todas maneras, la magnitud del desafío obliga a reconocer que este ha de ser planteado en un horizonte de mediano y largo plazo, y que sólo alcanzará el éxito esperado si cuenta con un sólido respaldo político.

Arturo Nuñez del Prado é diretor do Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes). Em fevereiro deste ano, o professor del Prado esteve no Brasil para o lançamento do livro que leva o mesmo nome do artigo, com patrocínio do Corecon/RJ e Conselho Federal de Economia.

LANÇAMENTO

DESEMPREGO: Desafios e perspectivas na virada do século

O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno-emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre as empresas, levando-as à introdução de novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, foi organizado o seminário *Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século*, que contou com especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento desse tema de grande relevância e atualidade. O Seminário realizou-se nos dias 8 e 9 de setembro de 1998. Por causa da procura pelos *papers* apresentados, as entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro – Corecon/RJ, Ierj e Sindecon – publicaram os textos discutidos no ciclo de palestras. Assinam os artigos: Adhemar Mineiro, Antônio Carlos Spis, Carmem Aperecida Feijó, Claudio Salm, João Sabóia, Márcio Pochmann, Luiz Antônio Elias, Osvaldo Rosales, Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Paul Singer, Sérgio E.A. Mendonça e Teresa Rendón.

Os interessados podem adquirir pelo telefone (021) 232-8178, Secretaria de Relações Institucionais do Corecon/RJ.



DÍVIDA EXTERNA

Sociedade civil inicia julgamento

A partir de 26 de abril, começa a ser montado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o júri do Tribunal da Dívida Externa, em que personalidades nacionais, como lideranças políticas, economistas, juristas, artistas e intelectuais estarão depondo e julgando o réu sem rosto da vida brasileira.

O Tribunal da Dívida Externa está sendo promovido pela CNBB/Caritas, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), Corecon/RJ, Sindecon/RJ e Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs).

O júri se reúne a partir do dia 26 de abril, com uma solenidade de abertura. No dia 27, às 9 horas, realiza-se o painel Sistema Financeiro Internacional e, em seguida, A Situação Brasileira. No dia 28, também às 9 horas, haverá o painel Casos Emblemáticos e, em seguida, Perspectivas para uma Nova Ordem Econômico-Financeira. Às 16 horas abrem-se os debates e às 17 horas será lavrado o veredicto. Mais informações: sede do Tribunal da Dívida Externa, av. Treze de Maio, 23 – sala 1608. Telefone (55) (021) 533-2192 e fax (55) (021) 262-2535. E ainda: <http://www.jubileu2000@jubileu2000.org.br>.

CURSO DE CONSULTORIA COM DESCONTO

No mundo contemporâneo, empresas e organizações diversas estão utilizando cada vez mais serviços independentes de profissionais – consultores externos e às vezes internos – bem como empresas de consultoria. Estes profissionais, com conhecimento técnico ou gerencial reconhecidos, estão sendo demandados pelas empresas ou pelo mercado, prestando serviços de consultoria, mas muitas vezes sem a necessária preparação metodológica e mercadológica necessária para o seu exercício. Assim, é evidente a necessidade de investimento no aprendizado consistente desta profissão, no conhecimento da instrumentalização com metodologias e técnicas de trabalhos modernas e avançadas.

O Conselho Regional de Economia/RJ, visando a promover a capacitação e atualização profissional dos seus associados que pretendem atuar ou já atuam neste segmento, firmou parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento em Educação Continuada (Indec), oferecendo aos economistas desconto de 10% no curso *Capacitação e Aperfeiçoamento de Consultores Internos e Externos*, ministrado pelo consultor de empresas *Dino Carlos Mocsányi*, a ser realizado nos dias 29 e 30 de abril.

O curso tem como objetivo preparar, reciclar e instrumentalizar profissionais capacitados a prestar assessoria estratégica, técnica e metodológica a empresas de quaisquer ramos e portes. O programa está dividido em seis blocos: *Consultoria: uma decisão e um projeto de vida; Como consultores de empresas trabalham; Como consultores externos "vendem"; Aspectos específicos dos consultores internos; Técnicas Básicas de Consultoria e Preparando-se para o sucesso, um trabalho prático de planejamento de marketing.*

Maiores informações: telefone 242-3731 ou e-mail: indec@openlink.com.br

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS – O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de março.

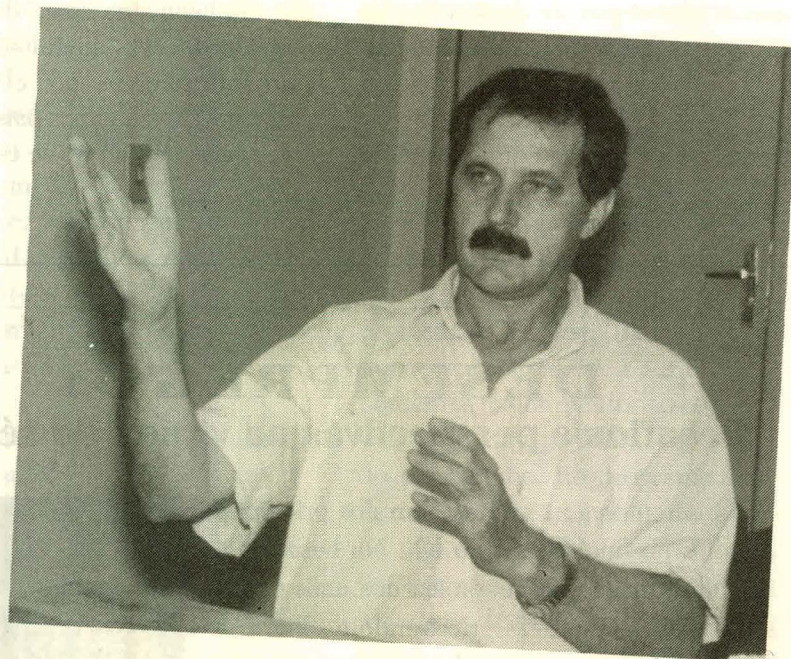
ENTREVISTA

GAUDÊNCIO FRIGOTTO

Estamos vivendo a década perdida da educação brasileira

FOTO: JOÃO DIAZ

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor-titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense, o gaúcho Gaudêncio Frigotto é um dos mais importantes pensadores brasileiros em sua área. Entre seus livros, editados pela Cortez, destacam-se *A produtividade da escola improdutiva* (1978), *Trabalho e conhecimento, dilemas da educação do trabalhador* (1987), *Educação e a crise do capitalismo real* (1994) e *Educação e a crise do trabalho* (1998). Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, Frigotto não esconde sua decepção com os rumos da política educacional atual: "Nunca imaginei que elites tão truculentas pudessem ter tantos espaços de poder em um governo liderado por um intelectual."



JORNAL DOS ECONOMISTAS: *Quais os dilemas fundamentais da educação no Brasil?*

GAUDÊNCIO FRIGOTTO: A idéia da educação como um direito do cidadão, e não como um privilégio de poucos, nasce vinculada à perspectiva estratégica dos Estados-nação. A escola passa a ser vista como um elemento integrador, um local que a sociedade oferece às crianças e aos jovens para que eles realizem um direito subjetivo, relacionado com o processo de inserção do indivíduo numa coletividade. Na medida em que as classes populares passam a ter acesso à escola, coloca-se outra questão: o sistema educacional deve ser basicamente unitário ou dualista? No século XIX, na França, havia quem defendesse explicitamente a segunda proposta: era preciso construir dois sistemas educacionais distintos, um para os jovens que poderiam passar muito tempo na escola – ou seja, os filhos da elite – e outro para aqueles que ficariam pouco tempo, pois logo seriam chamados ao mundo do trabalho. Creio que ainda vivemos, no Brasil, dilemas relacionados a essas duas questões elementares da educação, tal como elas

aparecem no mundo moderno. Escola para poucos ou para todos? Que escola, ou escola para quê?

JE: *Quais as raízes históricas da perpetuação desses dilemas?*

FRIGOTTO: O Brasil demorou muito para assimilar, mesmo de forma incompleta, o ideário de generalização do acesso à escola. Por muito tempo, permaneceu como um país em que a educação era assunto de poucos. Acumulou, nesse aspecto, um atraso de cem anos, pois nosso sistema nacional de educação só começa a formar-se na década de 1930. Nasce, no entanto, dentro da perspectiva clássica – a meu ver, correta – de criar um espaço de socialização do conhecimento e da cultura. Com o tempo, isso vai mudando, pois qualquer projeto educacional responde às demandas gerais de seu tempo e se desenvolve dentro de contextos econômicos, políticos e culturais mais amplos.

Já na década de 1940, passamos a atrelar, sem rodeios, educação e desenvolvimento econômico. A modernização do país pedia a formação de gente tecnicamente habilitada. Nessa época, criamos uma escola téc-

nica federal em cada estado e o chamado "sistema S" (Senai e Senac), constituindo assim uma rede de formação paralela à das escolas generalistas. Na década de 1950 houve um grande movimento de alfabetização, num contexto que deu lugar ao surgimento de Paulo Freire. Data dessa época o surgimento da teoria do capital humano, formulada por Theodoro Schultz, que viria a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 1978, tardiamente. Ela contribuiu para reforçar, na década de 1960, a idéia de que a educação é a chave para o desenvolvimento. Essa idéia foi redefinida depois, pelo regime militar, que falava em construir o Brasil-potência.

JE: *Como o regime militar tratou a questão da educação?*

FRIGOTTO: Os militares patrocinaram duas reformas educacionais. A primeira, de 1968, projeta suas conseqüências até hoje. Havia o problema dos chamados excedentes, ou seja, alunos que conseguiam pontos suficientes para passar nos exames de vestibular mas não encontravam vagas nas universidades, então essencialmente públicas. Por isso, o

governo estimulou a multiplicação de faculdades privadas, de modo que, ao longo do tempo, a proporção relativa de vagas se inverteu. Hoje, 80% das vagas no ensino superior são oferecidas pelas escolas particulares, que, em sua grande maioria, vêem a educação apenas como comércio.

A segunda reforma veio com a Lei 5692, de 1971, que subordinava explicitamente a educação às necessidades do desenvolvimento econômico. Diferentemente da tradição clássica, que vê a educação como um direito subjetivo, essa lei propunha um descalabro: criar uma escola planejada para ser cursada – pelos pobres, é claro, que precisam entrar precocemente no mercado de trabalho – somente até o quinto ano. Foi mais uma lei preparada por um grupo de trabalho, sem possibilidade de debate, como era praxe na época. Mas a sociedade brasileira demonstrou que mantinha uma significativa capacidade de resistência, de modo que, no chão da escola, a nova orientação não "colou" – pelo menos, não tanto quanto pretendia o regime. Por isso, sucederam-se depois várias reformas da reforma.

JE: *Qual foi o impacto da transição democrática sobre o sistema educacional?*

FRIGOTTO: O debate sobre educação ganhou enorme alento na década de 1980, chamada de década perdida pelos economistas, mas não pelos educadores. A transição para a democracia propiciou uma fecunda troca de idéias, até porque os representantes do Estado passaram a ter que dialogar com as organizações da sociedade civil. Debateu-se intensamente a democratização do conhecimento, da escola e do financiamento. Diminuiu o enfoque economicista e surgiram projetos de inspiração bastante avançada. Graças a isso, por exemplo, a Constituição de 1988 assegurou direitos educacionais a crianças de zero a seis anos e sinalizou claramente na direção de uma educação não reducionista nem dualista. Prevaleceu o princípio de uma educação básica generalista e de um escola unitária, capaz de sintetizar a diversidade, operar com flexibilidade, mas garantir um mesmo padrão para todos.

Mas, como sabemos, nossas administrações andam em ziguezague, pois quando mudam prefeitos, governadores e presidente muda tudo. Não temos política de Estado, só políticas de governo, se tanto. Este é um problema das instituições e da própria sociedade, pois tem raízes culturais muito fortes. Em 1989, Collor se elegeu. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que concretizaria as conquistas da nova Constituição, começou a ser cozinhada em fogo brando. Nada avançou. O governo de Itamar foi curto demais, marcado por uma espécie de inteiridade. No primeiro governo de Fernando Henrique, o ideário conservador efetivamente se recompôs. A proposta educacional contida na Constituição foi então claramente abandonada, em nome da adaptação de todo o sistema – nos seus conteúdos e nos seus aspectos organizacionais – à globalização e à reestruturação produtiva.

JE: *Uma mudança conceitual, portanto...*

FRIGOTTO: Sim. Desde a década de 1930 a Confederação Nacional da Indústria disputa ideologicamente o projeto educacional do

país, propondo que o sistema se torne mais ou menos como um grande Senai, vinculado à lógica e aos conteúdos pragmáticos do mercado. Nem mesmo na ditadura essa perspectiva obteve uma vitória tão completa como agora. Nunca imaginei que elites tão truculentas pudessem ter tantos espaços de poder em um governo liderado por um intelectual. “Que vençam os competentes” parece ser a palavra de ordem atual. É um enorme retrocesso. Mesmo dentro de ambientes com predomínio conservador, nossos projetos educacionais desempenharam um papel essencialmente integrador até a década de 1980. Nos últimos anos, porém, eles começam a assumir uma perspectiva mais abertamente desintegradora e individualista.

JE: *Como se insere nisso a nova Lei de Diretrizes e Bases, finalmente promulgada?*

FRIGOTTO: Durante os dez anos em que a LDB foi cozinhada, a política educacional foi feita por meio de decretos e medidas provisórias. Quando Darcy Ribeiro, num momento de extrema infelicidade, fez uma LDB que era uma síntese de uma síntese, os conservadores enxergaram nela o instrumento minimalista de que precisavam. Nosso governo governa em nome da sociedade, mas sem a sociedade e contra a sociedade organizada. Para uma proposta geral que se baseia na desregulamentação, na descentralização e na privatização, caiu do céu uma LDB que não regulamenta nada.

Na verdade, porém, todas as medidas do governo de Fernando Henrique no campo da educação independem da própria LDB. Respondem à lógica dos ajustes econômicos em curso, que recolocam na ordem do dia o dualismo a que me referi no início e que predominava, entre nós, na década de 1940. Pela primeira vez em nossa história, a pedagogia do Banco Mundial e da CNI é a pedagogia oficial do Ministério da Educação. Trata-se de uma educação voltada para desenvolver competências específicas, tendo em vista criar pessoas empregáveis, segundo as necessidades do mercado. Não há mais responsabilidade coletiva, pois tudo se resume ao universo do indi-

víduo e da relação que ele consiga estabelecer com o mercado. Cada um deve construir seu destino e procurar ser bem-sucedido por conta própria. Um exemplo: não se trabalha mais com o conceito de emprego, que remete ao universo social, mas de empregabilidade, que remete ao indivíduo. Assumimos abertamente uma perspectiva desintegradora.

JE: *Essa perspectiva pode ser chamada de avançada, dentro dos padrões mundiais contemporâneos?*

FRIGOTTO: Os países avançados mantêm seus sistemas educacionais dentro da perspectiva clássica. Seus jovens vão à escola para estudar as disciplinas, mas ficam nela tempo suficiente para aprender teatro, música, literatura e coisas afins. Tive um aluno na Universidade Federal Fluminense que veio da Holanda e toca três instrumentos musicais. Onde aprendeu? Na escola pública.

Esses países mantêm um investimento de longo prazo em uma massa enorme de gente, que abarca praticamente toda a sua população. Quando se investe em muita gente, aumentam as chances de extrair qualidade. Aqui, no passado e no presente, buscamos atalhos e projetos miraculosos. Por isso, sempre permanecemos disponíveis para seguir a última moda, ditada pelo teórico mais badalado do momento. Hoje está pior: seguimos os conselhos do pedagogo de plantão no Banco Mundial. A Unesco, por exemplo, desapareceu do mapa. Os grandes teóricos da educação, escutados pelo nosso governo, são consultores – brasileiros ou estrangeiros – do Banco Mundial, que monitora o MEC. O parecer sobre a reformulação do ensino médio no Brasil foi escrito por uma ex-consultora do Banco, que hoje está na Fundação Civita.

JE: *Qual é a proposta em vias de implantação?*

FRIGOTTO: Querem uma educação que nos permita ingressar na globalização, aumentar a competitividade da economia e aprimorar competências e habilidades de caráter técnico e organizacional, pois a ISO 9000 exige isso e aquilo. Por isso a ênfase em equipamentos, quando os recursos permitem.

JE: *Que críticas se pode fazer a isso?*

FRIGOTTO: A sociedade precisa entender que não há atalhos ou saídas milagrosas, embora seja possível apressar o passo. A educação de grandes massas humanas tem um tempo próprio, e não há treinamento que substitua o necessário processo de aprendizado, que amadurece lentamente. O bom professor, por exemplo – ou seja, o professor com formação sólida e minimamente satisfeito –, permanece insubstituível. O computador apenas ajuda. O MEC parece ignorar isso. Diretoras de escolas recebem equipamentos e não têm sequer onde guardá-los. Muitas vezes, os levam para casa, agindo de boafé, para que não sejam roubados.

JE: *Qual o papel do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e do Magistério (Fundef)?*

FRIGOTTO: Ele simplesmente recolhe dinheiro de todas as instâncias e faz uma redistribuição, de modo que não adiciona nada ao sistema, visto como um todo. Os municípios que gastam mais de R\$ 300 por aluno/ano – ou seja, aqueles que são um pouco mais desenvolvidos – recebem de volta menos que os outros, mais miseráveis, onde os professores chegam a receber salários de R\$ 35,00. Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e outras cidades gastam entre R\$ 1.600 e R\$ 1.700 por aluno/ano. Enquanto isso, o relatório “O futuro em risco”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, estima em US\$ 4.170 por aluno/ano o patamar necessário a uma formação decente.

JE: *Como você vê a proposta de eliminar o ensino superior gratuito?*

FRIGOTTO: Essa questão retorna de tempos em tempos. O impacto financeiro de uma cobrança desse tipo tem sido avaliado, pelo menos, desde a década de 1970, e sempre se chega à conclusão de que seria muito pequeno. Creio que esta discussão tem sido usada muito mais como algo simbólico, num contexto ideológico de eliminar a idéia de espaços públicos e de direitos, do que como algo prático. Aliás, não é verdadeira a idéia de que as universidades públicas só abrigam filhos de ricos e

ENTREVISTA

de classe média. Se eles estão presentes em maior proporção do que na média da população, isso decorre do desmonte da escola pública de primeiro e segundo graus, que gera essa seletividade perversa. Nosso desafio é reconstruir todo o sistema público de educação.

JE: Como financiar isso?

FRIGOTTO: Em qualquer lugar do mundo, educação exige quantidades apreciáveis de recursos. Na Suécia, por exemplo, ela é toda gratuita, desde a pré-escola até a pós-graduação, mas o país tem um sistema de impostos altamente progressivo, muito mais eficaz que qualquer taxa que se queira inventar. Usado para financiar a educação de todos, ele se torna um poderoso mecanismo de redistribuição de renda.

JE: Quais os problemas fundamentais do sistema de ensino no Brasil atual?

FRIGOTTO: Desmontamos a base de um sistema escolar de qualidade, que depende, antes de tudo, como disse, de professores que tenham boa formação e estejam minimamente satisfeitos com sua profissão. Não temos mais um sistema nacional de educação básica, ou seja, aquela educação que não se volta para o imediatismo e cujo horizonte temporal deveria compreender o ensino fundamental e médio. É evidente que o sistema tem que ter uma dimensão técnica,

mas ela não pode eliminar a dimensão mais geral, que, aliás, lhe serve de suporte. A educação é um direito subjetivo. Não pode ser reduzida à questão do emprego. Sob esse ponto de vista, a "década perdida", para os educadores, é a atual.

Em segundo lugar, acumulamos uma impressionante massa de 20 ou 25 milhões de jovens e adultos analfabetos. É preciso, de alguma forma, resgatá-los. Até a ditadura se preocupou com isso e criou o Mobral. O governo atual, no entanto, deslocou a educação de jovens e adultos para o Ministério do Trabalho, onde está sediado o Plano Nacional de Formação Profissional. A Rede Globo ganha rios de dinheiro com ele, usando recursos públicos, sem nenhum controle da sociedade. Grande quantidade de empresas deixa de pagar impostos em nome de investimentos em educação, levando adiante projetos sem nenhum controle da sociedade. Além disso, há os problemas relacionados à infra-estrutura básica, pois não adianta colocar um computador em prédios que não têm manutenção.

Mas o problema maior talvez esteja fora do sistema escolar. A miséria é tanta que as pesquisas mostram a educação como quinta prioridade dos grupos sociais mais pobres, sendo considerada menos importante que emprego, segurança, transporte e saúde. Ou seja, as pessoas estão tratando, tão-somente, de sobreviver.

As crianças que permanecem na escola pública vivem em famílias sujeitas a um empobrecimento veloz. A Grande São Paulo, por exemplo, já tem quase 2 milhões de desempregados. Essa gente tem filhos. Se eles estiverem estudando, freqüentam a rede pública. Participei recentemente de uma banca que avaliou uma tese sobre a insegurança em que vivem. Milhões de jovens têm medo do desemprego, medo de não poderem vir a constituir uma família, medo da violência, medo da polícia. Vivem com medo e, portanto, não estão em condições desenvolver minimamente suas potencialidades criadoras. Este problema não é do sistema escolar, mas da sociedade.

JE: Como você vê a expansão do ensino privado?

FRIGOTTO: A escola privada só é boa em países onde a escola pública é boa. A rede pública define o nível de todo o sistema. Se ela for medíocre, não há motivos para o empresário privado oferecer um ensino que não seja igualmente medíocre, cujos custos sejam pequenos e os lucros, grandes. Há, portanto, uma correlação direta entre o desmonte da escola pública e o crescimento da indústria de escolas privadas altamente lucrativas. O mesmo ocorre na área da saúde.

JE: Que a escola pode fazer, num contexto de amplo predomínio dos

meios de comunicação de massa como veículos de difusão de idéias e valores?

FRIGOTTO: Pasolini dizia profeticamente que a experiência fascista arranhara a Itália, mas que o monopólio da mídia arruinara a Itália. Isso se aplica ao Brasil no mais alto grau: o autoritarismo arranhou o Brasil, mas o monopólio da mídia nos arruína todos os dias. Foi patético ver o presidente da República se deslocar para inaugurar um estúdio de televisão e dizer: "Eu confio no Brasil, confio na Globo." Esta e as demais redes de televisão têm operado sistematicamente para desfocar o país de seus problemas. No auge da crise econômica recente, no exato dia em que perdemos maior quantidade de reservas, o grande problema apresentado pela Globo, no programa "Você decide", era se um professor deveria ou não dormir com uma aluna que lhe fizera esse convite. Monopolizar a atenção de milhões de pessoas com isso é um acinte. Por coisas assim, Antônio Houaiss, que acaba de falecer, disse há pouco tempo num debate: "Não temos democracia no Brasil porque não temos escola básica de qualidade e os meios de comunicação não são democratizados." A televisão, que hoje desempenha um papel essencialmente desagregador, tem que ser controlada pela sociedade. Não me venham falar de censura, pois, evidentemente, não é disso que se trata.

JORNAL

Contrato de Promoção e Participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 224 0578 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha **Doe Livros** prossegue no ano de 1999 ajudando a equipar o acervo bibliográfico de várias instituições. Os interessados em doar livros que estejam em bom estado de conservação devem entrar em contato com a Biblioteca Eginardo Pires, das 13 às 17 horas, pelo telefone (021) 232-8178. Os doadores que dispuserem de grande quantidade de livros devem agendar previamente a retirada dos mesmos, a saber que a coleta não é imediata, uma vez que depende de um volume mínimo para o caminhão ir buscar o material.

CURSO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA

O Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, o CORECON/RJ e o SINDECON/RJ estão promovendo o curso de Estatística Econômica Básica, que terá início em 17 de abril. O curso pretende cobrir três tópicos: a gênese e a conceituação da estatística, a metodologia proposta a nível internacional e a utilizada nas estatísticas brasileiras. Associados das entidades promotoras pagam R\$ 150,00 e não associados R\$ 200,00. Estudantes pagam R\$ 100,00. Mais informações: (021) 232-8178 e fax (021) 509-8121.

UNIVERSIDADE

MEC define normas do provão

O Diário Oficial da União, de 2 de fevereiro deste ano, publicou a íntegra da portaria 128, que regulamenta o provão dos cursos de economia. Nela, estão explicitados os objetivos do exame e as exigências que serão feitas.

A pedido do MEC, o Conselho Federal de Economia apresentou nomes – aceitos pelo Inep/MEC – para a comissão que vai elaborar o "provão". O então presidente do Cofecon, Luiz Carlos Delorme Prado, foi designado coordenador dessa comissão.

Abaixo, o *Jornal dos Economistas* transcreve a íntegra do documento assinado pelo ministro Paulo Renato, da Educação:

Art. 1º – O Exame Nacional de Cursos, parte integrante de um amplo processo de avaliação das instituições de ensino superior, no caso específico de Economia, terá por objetivos:

- contribuir para o processo de avaliação do ensino de graduação em Economia;
- apontar alcances e limites do ensino de graduação em Economia, considerando-se o perfil, as habilidades e as competências requeridas do economista;
- sinalizar os fundamentos, os princípios e a estrutura que orientam o curso de Economia;
- avaliar as dificuldades, os desafios e as potencialidades das instituições e oferecer um referencial para melhoria da qualidade do ensino;
- relacionar a formação oferecida nos cursos com as necessidades e desafios da Economia e da sociedade contemporâneas.

Art. 2º – O Exame Nacional do Curso de Economia de 1999 tomará como referência o seguinte perfil delineado para o graduando:

- sólida formação teórica, histórica e quantitativa;
- formação plural;
- formação cultural ampla, que possibilite a compreensão das questões econômicas no seu contexto social;
- capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas, numa realidade diversificada e em constante transformação;
- capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- capacidade de comunicação e expressão oral e escrita;
- consciência de que o senso ético de responsabilidade social deve nortear o exercício da profissão.

Art. 3º – O Exame Nacional do Curso de Economia de 1999 avaliará se, no decorrer do curso, o graduando desenvolveu habilidades de:

- desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos econômicos, com capacidade dissertativa;
- lidar com conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- utilizar o instrumental econômico

para analisar situações históricas;
e) utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socio-econômicos;

- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas;
- elaborar um projeto de monografia: levantar questões, operacionalizar conceitos e propor um plano de trabalho.

Art. 4º – Os conteúdos para o Exame Nacional do Curso de Economia de 1999 serão os seguintes:

- Microeconomia: Teoria do consumidor, Teoria da produção e Teoria dos custos, Teoria dos mercados, Equilíbrio geral, Organização industrial, Noções de teoria dos jogos;
- Macroeconomia: Contabilidade nacional, Determinação da renda, Princípio da demanda efetiva, Teoria e política monetária, Crescimento e ciclos econômicos, Teorias da inflação;
- Economia Internacional: Teorias clássica e neoclássica do comércio internacional, Protecionismo e políticas comerciais estratégicas, Comércio e desenvolvimento: substituição de importações, promoção de exportações e integração econômica, Mercado de divisas e estruturas de balanços de pagamento, Sistema monetário e financeiro internacional, Relações do Brasil com o sistema monetário e financeiro internacional;
- Matemática: Funções e limites, Cálculos diferencial e integral, Álgebra linear, Funções de várias variáveis, Equações diferenciais;
- Estatística: Estatística descritiva, Números índices, Probabilidade, Funções e distribuição, Inferência estatística;
- Econometria: Modelos econômicos e econométricos, Regressões simples e múltiplas, Problemas de análise de regressão, Séries temporais, Sistemas de equações simultâneas;
- História Econômica Geral: Formação histórica do capitalismo, Revolução Industrial: padrões de industrialização, As transformações do capitalismo e a Primeira Guerra Mundial, O período entre-guerras, A economia mundial do pós-guerra, A crise da economia mundial, a partir da década de 1970, A reestruturação da economia e a globalização;

h) Formação Econômica do Brasil: O império colonial português e o debate sobre a herança colonial brasileira, A crise do sistema colonial e a formação do Estado nacional, A economia brasileira no Século XIX: 1808 a 1889, Os complexos agro-exportadores regionais, Nascimento e consolidação da indústria no Brasil, A economia cafeeira e a política econômica na República Velha, A crise de vinte e nove e os mecanismos de superação;

i) Economia Brasileira Contemporânea: Vargas e a construção do Estado Moderno no Brasil, O contexto internacional e a política econômica: 1945 a 1955, O Governo Kubitschek e o Plano de Metas, Da crise dos anos sessenta ao fim do regime militar, Ajuste externo e desequilíbrio interno nos anos oitenta, Os planos de estabilização econômica: da nova república ao Governo Collor, Plano Real: reformas estruturais e desequilíbrio externo no Governo Fernando Henrique Cardoso;

j) Economia Política: A crítica ao mercantilismo e as origens do pensamento clássico, Smith: valor, distribuição e acumulação de capital, Ricardo: a questão do desenvolvimento econômico e da distribuição da renda, A Lei de Say: a polêmica Ricardo versus Malthus, Marx: valor, dinheiro e capital;

l) História do Pensamento Econômico: A escola marginalista: os métodos de Marshall e Walras, A revolução keynesiana e a crítica ao pensamento marginalista, A economia do desenvolvimento e o pensamento cepalino: origens e desdobramentos, Tendências recentes do pensamento econômico: monetaristas, novos clássicos, novos keynesianos e pos-keynesianos, Globalização e liberalismo no fim do século;

m) Evolução das Idéias Sociais e Meto-

dologia Econômica: Modelos de explicação científica: dedução e indução, O método nas Ciências Sociais: A identidade sujeito-objeto, O pensamento iluminista e o utilitarismo, A constituição da sociedade moderna e o surgimento da Ciência Econômica, Pressupostos econômicos: realismo versus instrumentalismo.

Art. 5º – A prova do Exame Nacional do Curso de Economia, com 4 (quatro) horas de duração, constará de 4 (quatro) questões discursivas e 60 (sessenta) questões de múltipla escolha.

Parágrafo único – As 4 (quatro) questões discursivas serão obrigatoriamente uma para cada área de conteúdo. O graduando deverá escolher essas questões dentre duas de cada área que lhe serão apresentadas. As áreas a que se refere este parágrafo são: Teoria Econômica, que engloba Macroeconomia, Microeconomia e Economia Internacional; Métodos Quantitativos aplicados a Economia, que engloba Matemática, Estatística e Econometria; História Econômica, que engloba História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea; e Cultura Econômica, que engloba Economia Política, História do Pensamento Econômico, Evolução das Idéias Sociais e Metodologia.

Art. 6º – Fará parte, também, do Exame Nacional do Curso de Economia um questionário-pesquisa, que será enviado previamente aos graduandos, e cujo cartão-resposta deverá ser entregue, já preenchido, no dia da prova.

Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.”

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo os livros abaixo com desconto para os economistas associados. São eles:

- Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, Mcgraw-Hill, de R\$ 25,00 por R\$ 20,00.
- Macroeconomia*, de Mário Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne, por R\$ 10,00. 1ª Edição.

Livraria FGV – Praia de Botafogo, 188 – Rio de Janeiro – RJ

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Depois de dois meses de recesso, nossa coluna volta com todo o gás, trazendo novidades sobre o orçamento participativo no Rio e dados do questionário. Leia também dados da execução orçamentária do município.

CRIADOR VERSUS CRIATURA

A gestão financeira de Conde foi atingida na tão comentada troca de farpas entre o atual e o ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, ambos do PFL. As críticas foram publicadas no jornal *O Globo* de 6 de fevereiro.

Conde afirmou que a situação é tranqüila, apesar da crise. Maia, no entanto, acha que Conde deveria ter tomado algumas medidas para se proteger e manter o patamar de recursos para investimentos, o que não aconteceu. Segundo ele, os repasses do Fundef, feitos pela União no fim do ano passado, fizeram com que as dificuldades não fossem maiores para a Prefeitura.

O que a matéria do *O Globo* não diz é que o endividamento da Prefeitura, principalmente no que diz respeito à dívida fundada externa, começou a se agravar justamente na gestão do ex-prefeito César Maia. Quando assumiu o governo do Rio, em 1992, a dívida externa da prefeitura era de US\$ 57,6 milhões. Em 1996, quando deixou o cargo, a mesma dívida havia subido para US\$ 146 milhões.

CHUVAS DE MARÇO

A proximidade do fim da estação e a chegada das chuvas está deixando a população do Rio alarmada. A exemplo do que já aconteceu em São Paulo, a cidade está sujeita a sofrer inúmeros prejuízos. Entretanto, várias medidas do prefeito Luiz Paulo Conde levam a crer que, ao invés de tomar medidas preventivas, a cidade está despreparando-se para as chuvas.

A Prefeitura do Rio publicou no *Diário Oficial* (DO), no dia 26 de fevereiro, um decreto retirando recursos de Drenagem e Saneamento Urbano dos bairros da Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande e Bangu. O programa perdeu 31% de seus recursos. Vale lembrar que, no ano de 1996, o bairro de Jacarepaguá foi o que mais sofreu com as chuvas na cidade. Houve vários desabamentos e mortes.

Apesar dos perigos oferecidos pelas chuvas, a Prefeitura retirou dinheiro de programas de drenagem para reforçar o orçamento das obras de urbanização no Autódromo de Jacarepaguá. Inicialmente, aliás, esse programa contava somente com R\$ 85,00. Depois do remanejamento, o valor atual é de R\$ 1.986.140,00.

A Prefeitura definiu como diretrizes a continuidade de programas de construção e pavimentação do sistema viário municipal em diversas áreas de planejamento, e a promoção e conservação das condições de infra-estrutura da cidade, particularmente as relacionadas ao sistema viário, privilegiando e priorizando a pavimentação de logradouros localizados em áreas de baixa renda e carentes. Seu objetivo seria atender a manutenções urbanísticas eventuais, relacionadas à realização de eventos no autódromo.

As diretrizes e os objetivos finais parecem pertencer a dois programas diferentes. Esse remanejamento foi feito justamente no momento em que medidas de prevenção em relação aos estragos que chuvas e enchentes podem causar deveriam ser prioridade máxima.

Outro programa a perder recursos para as obras no Autódromo de Jacarepaguá é o que determina a Implantação de Veículo Leve (VLT) no trecho Jacarepaguá-Irajá do corredor Barra da Tijuca-Penha.

No dia 5 de março, a Prefeitura publicou no DO remanejamentos que reforçavam programas de contenção de encostas em diversas regiões da cidade, bem como o programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Contenção.

O dinheiro, entretanto, saiu de emendas dos vereadores Ruy Cezar (PFL), Gilberto Palmares (PT) e Sebastião Ferraz (PSC), que também determinavam obras de contenção de encostas e a construção de uma ponte. Essas emendas, aprovadas pela Câmara no mês de dezembro, constam da Lei do Orçamento.

Outro programa a perder dinheiro e a fazer parte do troca-troca de recursos orquestrado pela Prefeitura é o que determina investimentos para a instrumentação a distância – instalação de pluviográficos automáticos. Este programa deveria servir para evitar situações de risco originadas pelas chuvas, facilitando a emissão de alertas antecipados para comunidades de áreas de risco e a previsão da ocorrência de inundações nas partes baixas da cidade. Repentinamente, no entanto, 63% de seus recursos foram remanejados.

AJUSTE FISCAL CARIOCA

No dia 15 de março foi publicado no *Diário da Câmara Municipal* projeto de lei do prefeito Luiz Paulo Conde que muda as alíquotas de contribuição de servidores ativos e inativos e passa a tributar os pensionistas, que antes não tinham qualquer desconto. Atualmente, os servidores descontam 9% de seus vencimentos para o Previ-Rio, mais 2% que são depositados em uma conta do Iasem, um instituto que deveria garantir o atendimento médico do servidor, mas que até hoje não saiu do papel.

De acordo com o projeto, os novos percentuais de desconto serão de 11%, 16% e 20%. Para quem ganha até R\$ 600,00, não haverá mudanças. Quem ganha entre R\$ 600,00 e R\$ 1.800,00 passará a contribuir com 16%. Acima disso, a contribuição será de 20%.

MODERNIZAÇÃO OU RETROCESSO?

A Câmara Municipal do Rio está passando por um processo de modernização de sua rede de computadores. Uma das etapas desse processo, já realizada, foi a troca do sistema operacional de seus micros. Antes, todos os computadores da casa rodavam com aquela velha versão do Windows, a 3.11. Entretanto, para o Fórum, o que deveria ser um processo de modernização transformou-se em um retrocesso. O sistema do Fincon, aquele que disponibiliza os dados da execução orçamentária, ainda não está adaptado à nova realidade. Antes, em cada gabinete dos vereadores, podia-se ter acesso aos dados da execução. Agora, há um único computador, em toda a Câmara, que dá o acesso ao sistema do Fincon, o que está impossibilitando o acesso a essas informações.

FALTA DE SERIEDADE

É de se estranhar o troca-troca de recursos na Secretaria Municipal de Esportes. Quando da aprovação do Orçamento do Rio, ainda em dezembro, o Programa de Implantação de Áreas de Lazer recebia R\$ 2,3 milhões. Agora em fevereiro, o mesmo programa perdeu 99,25% de sua verba. Outro programa, que solicitava R\$ 975.312,00 para construir e implantar centros esportivos em áreas de baixa renda, perdeu 99,91% da verba. Onde foi parar o dinheiro? O Campeonato Mundial de Surf teve seu orçamento reforçado em mais de 217%. Inicialmente, estavam destinados a este programa R\$ 124.250,00. Com o remanejamento, a verba subiu para R\$ 394.790,00. Outro programa a receber mais dinheiro é o que destina recursos à manutenção do Centro Esportivo Miécimo da Silva. Inicialmente, seriam gastos R\$ 455.450,00. Mas, de repente, a verba subiu para R\$ 2,2 milhões. Apesar de não haver nenhuma ilegalidade nas ações da Prefeitura, já que o Poder Executivo tem autorização para remanejar até 30% do total de todo o Orçamento do município, em ações desse tipo fica explícita a falta de seriedade com que se trata o Orçamento.

O colunista do *Jornal do Brasil*, Artur Xexéo, divulgou, com muita ironia e bom humor, dados do Fórum que tratavam desses remanejamentos na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. O título de sua coluna no dia 7 de março, "Tem bububu no bobobó do Orçamento", chamava a atenção para a confusão dos remanejamentos. Xexéo faz um questionamento. Será má-fé, falta de planejamento ou pura e simples incapacidade de fazer contas?

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM ALTA

O Orçamento Participativo foi conhecido durante muito tempo como uma marca das administrações da capital gaúcha, Porto Alegre. Entretanto, ao longo dos últimos anos, outras prefeituras adotaram a idéia e a usaram em algumas de suas administrações. Embora não tenha sido a primeira cidade a adotar o orçamento participativo – a pioneira foi Diadema, na Grande São Paulo, ainda em 1985 – Porto Alegre deu visibilidade à proposta a partir de 1989.

Atualmente, são cerca de setenta as cidades brasileiras em que a população ajuda a definir quais serão as prioridades na aplicação dos recursos de seus municípios. Os dados foram publicados pela *Folha de S. Paulo*, em 1º de março, em uma matéria que fez um mapeamento do orçamento participativo no País. A matéria explica que cada município adota uma metodologia diferente na implementação do orçamento participativo. Dessa metodologia, obviamente, depende o nível de interferência da população no orçamento.

Uma das principais vantagens apontadas para o processo é que ele ensina a população a ter uma visão mais geral dos problemas de suas cidades, aumentando sua percepção, inclusive, da escassez de recursos. Uma das maiores dificuldades é a mobilização das pessoas.

O orçamento participativo pode dar origem, neste ano, a uma novidade na administração pública brasileira. Os estados do Rio de Janeiro (PDT), Maranhão (PFL), Minas Gerais (PMDB), Mato Grosso do Sul (PT) e Rio Grande do Sul (PT) prometem topar o desafio e levar essa experiência para as administrações estaduais.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

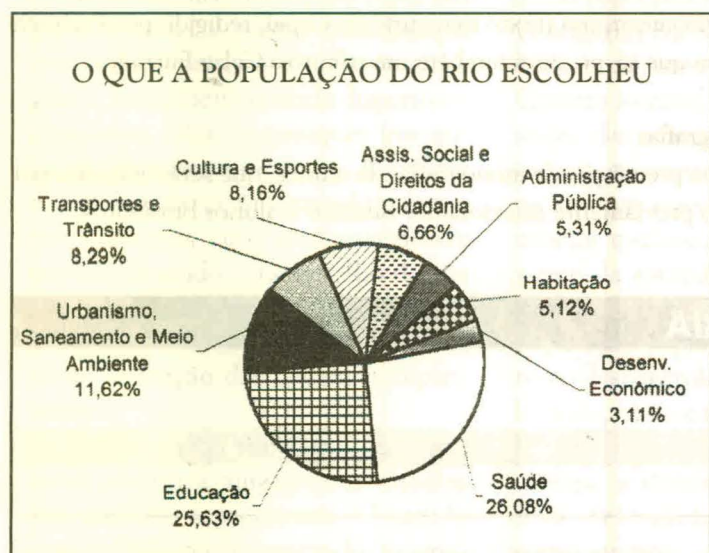
QUESTIONÁRIO

O Fórum realizou, nos dois últimos anos, uma consulta à população do Rio, em que foram apontadas as prioridades para a cidade. Como já havíamos prometido, estamos divulgando agora alguns desses resultados.

A maioria das trinta Regiões Administrativas de nossa cidade teve incidência de respostas. Apenas Paquetá, Rocinha, Jacarezinho, Morro do Alemão e Maré não foram atingidos. As regiões em que o número de respostas foi maior foram Anchieta e Méier. O menor número de questionários veio das regiões de Guaratiba, Portuária e São Cristóvão.

Cada pessoa deveria escolher três temas e, dentro deles, as ações que considera mais importantes. Os três temas apontados como prioritários foram Saúde, Educação e Urbanismo, Saneamento e Meio Ambiente. Os temas que receberam menos votos foram Administração Pública, Cultura e Esporte e Desenvolvimento Econômico, respectivamente. A tabela ao lado mostra o percentual de todos temas escolhidos como prioridade para cidade.

Os resultados do questionário serão levados ao governador do Rio, Anthony Garotinho. Uma audiência com o governador será solicitada. O pedido do encontro foi motivado pela predisposição do governo de implementar no estado um orçamento participativo. Na divisão que consta da metodologia definida para esse projeto, a cidade do Rio corresponde sozinha a uma das treze regiões em que será dividido o estado. Os dados também serão levados para o prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde (PFL).



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do *Fórum Popular do Orçamento* acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
 CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121
 E-mail: coreconrj@ax.apc.org
 A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Renata Carvalho e Ruth Espínola e Fernanda Ricardo.

CIDADE

Educação	Questionários
Melhores salários para os profissionais de educação	26%
Reforma nas escolas	18%
Atualização de professores	17%
Mais vagas nas creche e escolas de 1º grau	15%
Escolas com aparelhagem de som, televisão, vídeo e computadores	9%
Produção de programas de tv para saúde e educação	6%
Merenda escolar a todos os alunos, inclusive nos períodos de férias	6%
Outros	3%

Saúde	Questionários
Melhor assistência hospitalar e ambulatorial	21%
Mais vagas nas internações	20%
Reforma e modernização de hospitalares e postos de saúde	17%
Melhores salários para profissionais de saúde	16%
Mais programas de prevenção e vigilância sanitária	13%
Municipalização dos hospitais estaduais e federais com atividades de emergência	11%
Outros	2%

Urbanismo, Saneamento e Meio Ambiente	Questionários
Urbanização de favelas	17%
Drenagem dos rios e favelas	14%
Pavimentação e calçamento de ruas em áreas carentes	11%
Incentivo a programas de reciclagem de lixo	11%
Melhores serviços de limpeza urbana	9%
Mais iluminação pública	8%
Controle da poluição das praias e dos rios	7%
Contenção de encostas nas áreas de riscos	7%
Reflorestamento dos morros	7%
Obras de urbanização em áreas da cidade	7%
Outros	2%

Assistência Social e Direitos da Cidadania	Questionários
Atendimento à população de rua	22%
Promover a integração social da criança e do adolescente desassistidos	20%
Atendimento ao alcoólatra e usuários de drogas	17%
Atendimento ao idoso, portador de deficiência física	16%
Programa municipal de proteção as vítimas e testemunhas sob ameaça	12%
Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais	8%
Promover campanha de aleitamento materno	4%
Outros	1%

Desenvolvimento Econômico	Questionários
Apoio às micro, pequenas e médias empresas	25%
Estímulo ao turismo	23%
Criar crédito barato para a população de baixa renda	17%
Incentivar o cooperativismo e associativismo	13%
Organização do comércio ambulante	12%
Terceirizar os terminais rodoviários	5%
Outros	5%

Transporte e Trânsito	Questionários
Apoiar o transporte de massa sobre trilhos (trens, metrô e VLT)	24%
Manutenção, recuperação e construção de vias urbanas (ruas, vias expressas, etc)	21%
Regulamentar e incentivar o transporte alternativo e de qualidade	19%
Manutenção e recuperação de viadutos	13%
Recuperação de sinais de trânsito	11%
Mais ciclovias	8%
Outros	5%

Cultura e Esporte	Questionários
Mais e melhores bibliotecas	21%
Vilas olímpicas em comunidade de baixa renda	20%
Reforma e construção de unidades culturais e esportivas	18%
Incentivo à produção de espetáculos culturais	17%
Produção, divulgação e distribuição de filmes - apoio ao cinema nacional	12%
Aumentar a rede municipal de teatros	9%
Outros	2%

Administração Pública	Questionários
Treinamento dos funcionários municipais para melhor atender à população	29%
Melhores salários para os funcionários municipais	24%
Ampliar informatização das atividades públicas	22%
Reforma das prédios públicos municipais	17%
Outros	8%

Habitação	Questionários
Construção de moradia para população de rua e atingidos por calamidades ou desocupações	31%
Construção de moradia para população de baixa renda	29%
Programa de financiamento para habitação da classe média	17%
Reforma nos conjuntos habitacionais	10%
Concessão da títulos de lotes aos moradores, ocupantes e adquirentes	10%
Outros	3%

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

“A herança do Século XX e a construção do novo século”

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias **13 a 17 de setembro de 1999**, no **Rio de Janeiro**, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um **balanço**, ao mesmo tempo **abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe**, de maneira a captar as aceleradas mutações que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mutações. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com **uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI**. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que – espera-se – seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergências sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. **A busca de alternativas de desenvolvimento** exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante

papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. **Promover o intercâmbio desses economistas** é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

SESSÃO CEPAL

O eixo-Cepal do encontro destina-se à apresentação dos resultados da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em nove países da América Latina, que a Cepal está elaborando e que estará terminada justo antes da realização do Congresso.

O objetivo da investigação da Cepal é examinar o impacto que o ambiente macroeconômico prevalente nos anos 90 e as reformas radicais no modelo de funcionamento que predominou até recentemente tiveram sobre o comportamento da economia e de seus agentes principais.

Serão realizadas quatro sessões sobre o trabalho. A primeira sintetizará os resultados gerais, a segunda apresentará as conclusões relativas ao processo de acumulação de capital, a terceira fará o mesmo no que se refere ao progresso técnico e a última abordará os efeitos do ambiente macroeconômico e das reformas sobre o emprego e a distribuição de renda.

Inaugurando o ciclo, será realizada uma sessão comemorativa dos cinquenta anos do *Manifesto latinoamericano* (texto inaugural da Cepal, redigido por Prebisch em 1949), ocasião em que se prestará também um tributo a Celso Furtado.

Premiação de monografias

Pretende-se criar uma premiação de monografias de alunos, que serão julgadas por um comitê científico previamente selecionado. Restrito a alunos brasileiros.

DIA 13/09/99 – HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

CONGRESSO

DIA 15/09/99					
HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS	
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico	
INTERVALO					
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero		
ALMOÇO					
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego		
INTERVALO					
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional		
INTERVALO					
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebich/Cepal				
INTERVALO					
22:00 horas	Evento cultural / lazer				

DIA 16/09/99				
HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES	
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico	
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda: indicadores	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico	
INTERVALO				
22:00 horas	Evento cultural / lazer			

DIA 17/09/99	
09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos
INTERVALO	
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Corecon/RJ (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro)
- Sindecon (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro)
- IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro)

APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unid Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe - Unesco
- Unesco / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG / UERJ - Nucleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG / UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economia Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico
- Sela - Sistema Econômico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração

CONGRESSO

CHAMADA DE TRABALHOS (Call for Papers)

Público alvo - Poderão participar da apresentação dos trabalhos profissionais, professores, pesquisadores, estudantes de mestrado ou doutorado em economia, sindicalistas, etc, desde que tenham graduação em economia.

Critérios / Procedimentos

Os autores poderão apresentar trabalhos em qualquer um dos temas/áreas de estudo relacionados ao eixo central dos dois eventos: Desenvolvimento, Inserção Internacional ou Emprego. Para submeter o trabalho ao Comitê de Seleção, o autor deverá encaminhá-lo ao Conselho Regional de Economia - RJ, por e-mail ou em disquete via correio, desde que atenda às normas de apresentação. Somente serão considerados para efeito de avaliação pelo Comitê de Seleção os trabalhos que guardem pertinência com os temas dos eventos. Serão selecionados um total de 40 trabalhos, que deverão integrar a publicação dos Anais, a ser feito em CD Rom. Dentre estes, serão classificados 20 trabalhos para apresentação na Sessão "Comunicações". O Comitê de Coordenação se responsabilizará por pagar, caso seja necessário, 8 passagens aéreas e 3 estadias (diárias de hotel no Rio de Janeiro) para os 8 primeiros colocados e 3 estadias (diárias de hotel) para os 12 outros autores classificados.

Normas Gerais

Datas críticas

15/04/99: Prazo limite de recebimento dos trabalhos por correio ou e-mail.

15/06/99: Notificação do resultado da avaliação. Os autores devem informar na inscrição a que tema se referem os trabalhos.

Local de entrega

Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

Rio de Janeiro, Centro, CEP 20054-900

e-mail: papers@rioeconomia99.org.br

home page: <http://www.rioeconomia99.org.br>

Tels. (021) 224-0578, 220-1248 ramal 12

Fax (021) 509-8121

Apresentação dos trabalhos

Word for Windows 6.0 ou superior.

Fonte Times New Roman tamanho 12, espaço entre as linhas de 1,5.

Formato A4, máximo de 20 laudas, mínimo de 15 (incluindo texto, gráficos e tabelas; até 80 toques por linha; máximo de 30 linhas por lauda).

Resumo obrigatório: mínimo 15 e máximo de 20 linhas.

Caso seja enviado por correio, enviar cópia impressa e 3 cópias em disquete.

COORDENAÇÃO GERAL

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|
| • Antônio Corrêa de Lacerda | e-mail: lacerda@cofecon.org.br |
| • Roberto Verrier Castro (AEALC) | e-mail: anec@ceniai.inf.br |
| • Eduardo Mendes Callado | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luís Carlos Prado (IERJ) | e-mail: delorme@cofecon.org.br |
| • Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luiz Antonio Elias (Cofecon) | e-mail: elias@cofecon.org.br |

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TRABALHOS

DESENVOLVIMENTO

- Armando Di Filippo - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL
- João Paulo de Almeida Magalhães - Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - 1ª Região
- Juan Mario Vacchino - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA
- Leonel Corona - División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México
- Maria José Cyllar Monteiro - Fundação Getúlio Vargas e Conselho Regional de Economia - RJ

INSERÇÃO INTERNACIONAL

- Otaviano Canuto - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Reinaldo Gonçalves - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - RJ
- Viviane Ventura Dias - Chefe da Unidade de Comercio Internacional - CEPAL
- Eduardo Mayobre - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA

EMPREGO

- Jorge Mattoso - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
- João Luiz Maurity Sabóia - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Octávio Rodriguez - Instituto de Economía na Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay

Alguns nomes nacionais e internacionais já confirmados:

Convidados Nacionais:

- Antonio Barros de Castro - Professor do IE/UFRJ
- Maria da Conceição Tavares - Professora Emérita da UFRJ
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Diretor do IPRI/MRE
- Theotônio dos Santos - Secretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Wanderley Guilherme dos Santos - Professor do IUPERJ
- Tito Ryff - Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro
- Julio Sérgio Gomes de Almeida - Secretário Executivo do IEDI
- Renato Bauman - Diretor do Escritório da CEPAL/Brasília
- Ricardo Bielschowsky - CEPAL
- Rosa Maria Marques - Presidente da SEP e professora da PUC/SP
- João Damásio de Oliveira Filho - Presidente da ANPEC
- Adhemar Mineiro - DIEESE/Cofecon
- João Carlos Ferraz - Diretor do IE/UFRJ
- João Sabóia - Professor do IE/UFRJ
- Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do IERJ
- Reinaldo Gonçalves - Vice-presidente do CORECON-RJ
- Fábio Erber - Professor do IE/UFRJ
- Fernando Cardim - Professor do IE/UFRJ
- Paulo Nogueira Baptista Jr. - FGV/SP
- Maria José Cyllar Monteiro - FGV/RJ
- Antonio Maria da Silveira - FGV/RJ
- Otaviano Canuto - Professor da UNICAMP
- Jorge Mattoso - Professor da UNICAMP
- Antonio Prado - PUC/SP
- Victor Hugo Klagsbrun - Diretor do Mestrado de Economia da UFF
- Tânia Bacelar - Conselheira do Cofecon
- José Clemente de Oliveira - Conselheiro do CORECON-RJ
- José Graziano - Professor de Economia IE/UNICAMP
- José Pastore - Professor da USP

Convidados Internacionais:

- Joseph Stiglitz - Vice-presidente do Banco Mundial (a confirmar)
- José Antônio Ocampo - Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
- Bárbara Stalings - Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal
- Carlos J. Moneta - Secretario Permanente do Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Jan Kregel - Consultor permanente da UNCTAD e Professor da Università degli studi di Bologna e da Johns Hopkins University
- Viviane Ventura-Dias - Jefe de la Unidad de Comercio Internacional de CEPAL
- Wilson Peres - CEPAL
- Jorge Kats - CEPAL
- Graciela Moguillanski - CEPAL
- Juergen Weller - CEPAL
- Armando Di Filippo - CEPAL
- Octávio Rodrigues - Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay
- Juan Mario Vacchino - Director del Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Alicia Girón - Directora del Instituto de Investigaciones Económicas - UNAM
- Leonel Corona - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Arturo Huerta - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Elmar Altvater - Alemanha
- José Lopes Segrera - Consejero Regional de Ciencias Humanas y Sociales para América Latina y el Caribe - UNESCO
- Daniel Cludnovsky - Universidade de Buenos Aires

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, VISITE A NOSSA HOME PAGE:

<http://www.rioeconomia99.org.br>

LOCAL DO EVENTO

Hotel Glória - Rua do Russel, 632 - Glória - Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES

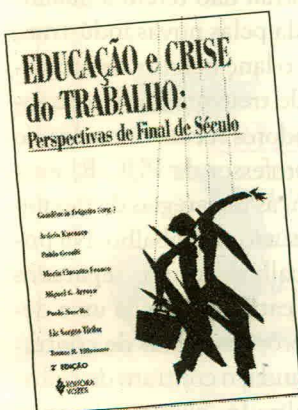
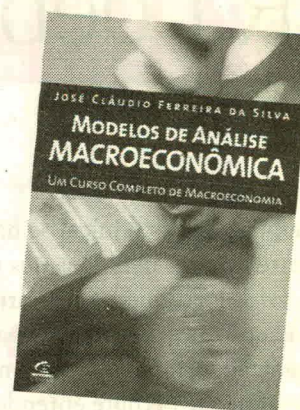
- Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121 - e-mail: info@rioeconomia99.org.br
- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES E RESERVAS DE HOTEL

Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

ABRE ASPAS

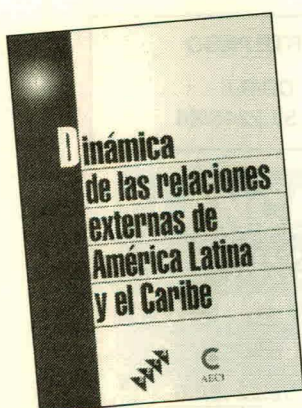
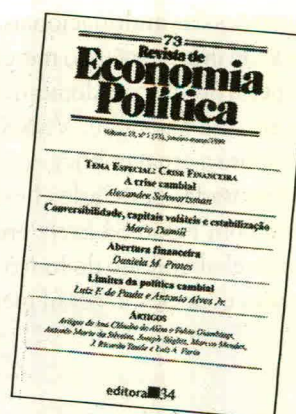
MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA – UM CURSO COMPLETO DE MACROECONOMIA, de José Cláudio Ferreira da Silva, resulta da experiência acumulada pelo autor ao longo de vinte anos no ensino de Macroeconomia em cursos de graduação e mestrado em Economia e em áreas correlatas, bem como em cursos específicos destinados a profissionais sem conhecimento prévio do assunto. Diferente de outros manuais, este apresenta velhos temas com uma nova abordagem e pode ser entendido não só pelos alunos dessa matéria como por estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. Campus, 372 p., tel. (021) 509-5340, fax (021) 507-1991.



EDUCAÇÃO E CRISE DO TRABALHO: PERSPECTIVAS DO FINAL DE SÉCULO,

organizado por Gaudêncio Frigotto, é uma das mais críticas contribuições para a candente discussão do desemprego neste final de século de revoluções tecnológicas e globalização. Reunindo trabalhos de educadores preocupados com o papel da educação nesse processo, o livro faz um balanço da visão estreita e falseadora que vê no ensino apenas uma fórmula para se chegar ao emprego. No primeiro bloco, o livro aborda as bases teóricas da compreensão da materialidade do mundo do trabalho e sua relação com os processos formativos. No segundo, trata das formas dominantes de concepções e políticas educativas que assumem uma postura desintegradora, individualista e subordinada ao conceito de empregabilidade. No terceiro bloco, afirma-se a necessidade de estabelecer vínculos entre trabalho e educação do ponto de vista da produção de seres humanos, particularmente, dos trabalhadores. E, por fim, o livro chama atenção para as estratégias de sobrevivência e organização da produção da imensa massa de excluídos. É, portanto, leitura obrigatória para todos que se interessam pela construção de uma sociedade mais justa. Vozes, 230 p., tel. (024) 237-5112, fax (024) 231-4676.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, n. 73, traz – no mínimo – quatro artigos da maior importância neste momento de mudanças econômicas. "A Crise Financeira", tratada por Alexandre Schwartzman; "Conversibilidade, capitais voláteis e estabilização", de Mario Damil; "Abertura financeira", de Daniela M. Prates e "Limites da política cambial", de Luiz F. de Paula e Antonio Alves Jr. Um quinto artigo – "More instruments and broader goals: moving toward the post-Washington consensus" – reproduz a conferência de Joseph E. Stiglitz sobre o Consenso de Washington. Stiglitz provavelmente estará no Rio de Janeiro, em setembro, durante do XIII Congresso Brasileiro de Economistas. Editora 34, 221 p. (011) 816-6777.

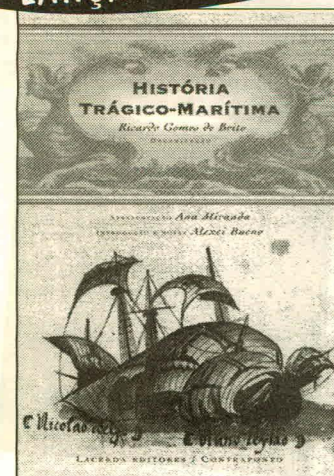


DINÂMICA DE LAS RELACIONES EXTERNAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE,

preparado pela Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-americano (Sela), reúne os trabalhos de vários encontros, seminários, oficinas e mesas redondas sobre temas de grande interesse, que depois foram levados à XXIV Reunião Ordinária da entidade, realizada em Havana (Cuba) no final do ano passado. Alguns desses temas – os cenários latinoamericanos no ano de 2010, as relações da região com os Estados Unidos, Europa e a crise asiática – dividem espaço com discussões sobre o Mercosul, a Comunidade Andina, a Centroamérica e Caricom. Corregidor, 454 p., (biblioteca do Corecon/RJ ou e-mail corregidor@corregidor.com).

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



História trágico-marítima

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista – 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês – 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo – 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura – 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental – 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia – 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX – 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento – 496 p.

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

LANÇAMENTO



IERJ debate vinte anos de política econômica

Pensar o processo econômico brasileiro nos últimos vinte anos e posicionar-se diante dele foi a tarefa encomendada aos nove ex-presidentes do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro para comemorar as duas décadas da instituição. Reunindo alguns dos mais importantes economistas brasileiros de todos os tempos – Pedro Malan e Maria da Conceição Tavares, por exemplo – *Vinte anos de política econômica*, organizado e editado em conjunto com a Editora Contraponto pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), é leitura obrigatória para quem deseja entender o que acontece no país.

Os artigos foram publicados respeitando a ordem cronológica dos mandatos de seus autores. Por isso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, primeiro presidente do Ierj (1979-1980) abre *Vinte anos de política econômica* com três textos: um deles, publicado no final dos anos 70; outro, no final dos anos 80, e um terceiro, dos anos 90. Numa introdução feita especialmente para o livro, Malan

desafia o leitor a julgar se há coerência entre as teses definidas nos três artigos e avisa logo que não se arrepende de nada do que escreveu. A aparente contradição termina por ser um instigante desafio, que permite entender não só as mudanças do seu próprio pensamento como as mudanças na história econômica do país. “As perspectivas do Real no limiar do novo século”, um dos artigos, é considerado o melhor resumo já publicado sobre os fundamentos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.

MAIS REAL

Também o economista Antonio Barros de Castro dedicou seu artigo ao tema do Real – “O lado real do Real: o debate e algumas supresas” – em que analisa de forma desapassionada as mudanças, esperadas e verificadas, na alocação de recursos da economia brasileira nos anos 90, marcados pelas políticas de abertura e de estabilização. Professor da UFRJ, para ele o lado real do Plano Real revela boas surpresas, como o aumento da capacidade produtiva a partir de 97, em especial devido aos investimentos em infra-estrutura e às inversões das multinacionais. Apesar da onda de importações, o mercado ocupado pelos produtores domésticos – segundo ele – se expandiu. Visões mais críticas sobre a atual política econômica são apresentadas por Carlos Lessa, em parceria com Fabio Sá Earp, em “O insustentável abandono do longo prazo”. De acordo com eles, o Brasil mergulhou na

ditadura do “curto-prazismo” e não pensa mais a economia a longo prazo devido à preocupação obsessiva com o combate à inflação e a preservação do meio ambiente. Reinaldo Gonçalves, vice-presidente do Corecon/RJ, em “A economia política do investimento externo no Brasil” analisa a presença do capital estrangeiro no país e assinala, com base em detalhado material de pesquisa, que a “globalização à brasileira” vem colocando o segmento mais avançado da nossa economia sob o domínio do capital transnacional. Uma constatação que, em sua opinião, recomendaria a adoção de uma política regulatória dos investimentos estrangeiros diretos.

Um dos momentos mais interessantes do livro é a entrevista da professora Maria da Conceição Tavares, publicada em 1978, no *Boletim do Ierj*, em que ela analisa graves questões de natureza estrutural da sociedade brasileira. Ricardo Bielschowsky, em outro artigo, faz um paralelo entre a trajetória do Ierj e a da Cepal, que acaba de completar 50 anos de atividades no continente latinoamericano. João Paulo de Almeida Magalhães faz, por sua vez, um balanço, analisando, especialmente, a teoria da dependência, a visão heterodoxa da inflação e o projeto neoliberal, hoje dominante.

Alguns artigos inéditos examinam aspectos específicos da economia. Sulamis Dain trata das reformas tributárias e da Previdência, comparando a estrutura tributária do Brasil com a dos países da OCDE, e lança as bases de uma reforma tributária propondo aperfeiço-

ar os impostos sobre valor adicionado, simplificar e mudar as bases sobre as quais incidem as contribuições sociais e alterar os mecanismos constitucionais de partilha entre as esferas de governo. José Márcio Camargo se encarregou da evolução do mercado de trabalho no período pós-estabilização e conclui que a causa do problema do desemprego estaria no fato dos trabalhadores saídos do setor industrial não terem a qualificação requerida pelas novas indústrias, o que exigiria o lançamento de programas maciços de treinamento priorizando os trabalhadores recém-entrados no mercado. O professor da PUC-RJ examina, também, as estratégias de flexibilização do mercado de trabalho. Na primeira, os trabalhadores são separados em diferentes categorias, cada uma delas com suas próprias regras de contratação. Na segunda, o contrato de trabalho foi flexibilizado, eliminando-se os entraves da legislação e transferindo-se para negociações livres a determinação de seu conteúdo.

Vinte anos de política econômica – organizado pelos economistas e conselheiros João Paulo de Almeida Magalhães, Adhemar dos Santos Mineiro e Luiz Antônio Elias – traça, portanto, um painel amplo sobre os grandes desafios da economia brasileira na atualidade, o debate entre os diferentes pontos de vista sobre a nossa economia. O livro encontra-se disponibilizado nas livrarias e poderá ser adquirido com desconto diretamente no Corecon/RJ, tel. (021) 232-8178.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 26.03.99